

JUDICIÁRIO

Sem concurso há dois anos, falta juiz no Paraná

Algumas comarcas têm mais de 10 mil processos encalhados. Perspectiva é de que situação só seja amenizada no fim de 2017

Katia Brembatti

● Acabou o “estoque” de juízes no Paraná. Em casos de aposentadoria, afastamento por doença, morte ou exoneração, não há opção para designar substitutos. A situação chegou a esse ponto porque o último concurso foi realizado há dois anos, e todos os aprovados foram nomeados para as vagas disponíveis.

Mesmo que a previsão de abrir um processo seletivo no final de 2016 se confirme, em menos de um ano a demanda não deve ser resolvida. Para além da carreira da magistratura, esse cenário impacta diretamente na vida de quem depende de decisões do Judiciário paranaense.

Quadro reserva

O presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), Frederico Mendes Júnior, conta que, no passado, o estado já vivenciou circunstância semelhante sem juízes para nomear. “Mas foi muito tempo atrás”, diz. Ele explica que o usual é manter um quadro de aprovados em concurso que possam ser designados à medida em que as vagas vão abrindo.

Mendes Júnior ressalta que o processo de seleção para novos juízes costuma ser demorado — com muitos meses entre a aprovação na primeira avaliação e a posse efetiva no cargo. Assim, num horizonte próximo, não haveria previsão para preencher as vagas existentes. Ele comenta também que a contratação de outros cargos do Tribunal de Justiça do Paraná, como analistas, técnicos e oficiais, também precisa ser retomada.

José Augusto Araújo de Noronha, presidente da seccional Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), avalia que deveria estar em andamento um novo concurso público. “O processo é demorado, então é importante que sempre que um concurso seja concluído já se inicie outro. Não se pode esperar que falte juiz para fazer o concurso”, diz.

A entidade enviou ofício ao Tribunal de Justiça em março pedindo dados sobre a estrutura do Judiciário. Como não foi respondida, a solicitação foi reiterada no mês passado. A OAB está em campanha pela priorização dos investimentos na entrância inicial da Justiça. Segundo Noronha, em função da sobrecarga de trabalho, há comarcas marcando audiências para 2018.

Na mais recente reunião do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná, na segunda-feira (11), a falta de magistrados a serem nomeados foi debatida. O assunto apare-

ceu no momento em que uma juíza pediu para mudar de comarca, para preencher uma vaga aberta.

O argumento para manter o pedido em suspenso, até que o quadro do Judiciário seja repostado, é de que o posto que seria deixado pela magistrada é crucial — numa vara criminal de uma cidade com alto índice de violência. Começou então o embate entre desembargadores, ora destacando que a sociedade não poderia ficar desguarnecida, ora enfatizando que a falta de concurso não podia prejudicar a carreira dos juízes.

Atualmente o estado tem cerca de 800 magistrados distribuídos em 170 comarcas (em algumas situações uma comarca abrange mais do que um município).

“O processo é demorado. Não se pode esperar que falte juiz para fazer o concurso.”

José Augusto Araújo de Noronha,
presidente da OAB-PR.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

LENTIDÃO JUDICIAL

Pai morre e criança está há 10 anos sem o nome dele na certidão

● O caso de Cristina* é um exemplo de como a falta de estrutura no Judiciário pode prejudicar a vida das pessoas. Ela morava com Roberto*, mas não era casada nem tinha provas, na forma de documentos, de que estava em uma união estável. Cristina estava grávida quando Roberto morreu, em um acidente automobilístico em 2006. Quando a criança nasceu, ela não conseguiu registrar o bebê. Nessas situações, sem a chamada presunção de paternidade, é necessário recorrer à Justiça. E foi aí que uma questão relativamente simples ganhou contornos de drama familiar.

Ação de paternidade

Cristina entrou com uma ação de investigação de paternidade, para a realização de um exame de DNA com os parentes do pai falecido. Desde então, o caso se arrasta na comarca de Curiúva, no Norte Pioneiro do Paraná, onde mais de 10 mil processos estão encalhados na única vara judicial. Demorou tanto para os pais de Roberto serem notificados que, quando o oficial de Justiça chegou à casa descobriu que eles também já haviam falecido. Foi então necessário acionar os irmãos para a coleta de material. E é nesta fase que o processo está. Não há bens a serem repartidos, por inventário ou herança. "É uma família pobre. E a irmã concorda em fazer o exame. Ou seja, não se trata de uma disputa judicial", comenta o advogado Maicow Régis de Freitas Mercer.

Ele conta que até o momento nem se chegou a formar o chamado polo passivo, que é quando os envolvidos ficam cientes da ação e ela começa efetivamente a tramitar. "E não se trata de as partes estarem em lugar incerto ou não sabido, o que poderia resultar em demora no andamento", acrescenta.

À espera de "romaria"

Mercer destaca que, depois da notificação, irá começar a "romaria" para conseguir o exame de DNA. Como Roberto estava empregado com registro em carteira de trabalho quando faleceu, a criança tem direito a receber pensão por morte – dinheiro que nunca viu. E a certidão de nascimento segue sem o nome do pai.

**nomes fictícios*

16 JUL 2016

17 JUL 2016

RECLAMAÇÃO

Advogados protestam contra demora na análise de processos

● Até pela vestimenta dos manifestantes, um protesto realizado no final do mês passado chamou a atenção. De terno e gravata, advogados percorreram algumas das ruas centrais de Curiúva, no Norte Pioneiro, pedindo reforço no Judiciário local. Nada de cartazes improvisados com cartolina e canetinha – o protesto ficou estampado em uma faixa plotada, que trazia um termo pouco conhecido da população: "prestação jurisdicional". Em outras palavras, o grupo clamava por mais estrutura para garantir que os processos judiciais fossem analisados com mais celeridade. A comarca de Curiúva abrange também os municípios de Sapopema e Figueira, totalizando uma área com 28 mil habitantes. Para todas as demandas judiciais há apenas uma vara – que atende de questões de família, como separação e pensão alimentícia, a casos de roubo e assassinato. O resultado são mais de 10 mil processos acumulados, muitos parados há anos. Maicow Régis de Freitas Mercer, presidente da OAB de Telêmaco Borba, comenta que alguns tipos de ações, como as criminais envolvendo réus presos, têm prioridade, e que, assim, os demais processos vão ficando encalhados. Mercer destaca que a única juíza da comarca, Cynthia de Mendonça Romano, demonstra boa vontade para se dedicar ao trabalho, mas que o problema envolve questões de estrutura. **(KB)**

OUTROLADO

O Tribunal de Justiça informou que a aprovação do último concurso, com os 40 candidatos selecionados, foi publicada em dezembro de 2014 e que ainda há uma pessoa a ser nomeada. A assessoria informa ainda que a abertura de processo seletivo foi autorizada, mas que o edital não foi lançado ainda pela necessidade de controle de recursos, diante dos cortes de repasses do governo estadual. O TJ defende ainda que, comparado a outros tribunais do Brasil, tem menor vacância e que não existe atualmente comarca sem juiz.

16 JUL 2016

17 JUL 2016

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

Olho Vivo

UNIDOS 1

Durante quase três meses, o jovem Baruque Lopes ficou quietinho no seu canto, sem ninguém a importuná-lo com o mandado de prisão que pesava contra ele desde maio, quando foi revogado o habeas corpus que lhe foi concedido pelo ministro Luiz Fachin. Esta semana, porém, a juíza Danielle Comar, da 9.ª Vara Criminal, mandou oficiais de justiça avisá-lo de sua obrigação de se entregar.

UNIDOS 2

Baruque é filho de Eduardo Lopes de Souza, dono da construtora Valor. O pai já cumpre prisão preventiva acusado de desviar R\$ 20 milhões da secretaria da Educação para construir escolas. Parte da grana era guardada (em forma de carrões, por exemplo), pelo jovem. Quem autorizava os pagamentos para a Valor era o então diretor da Sude Maurício Fanini, para quem o Ministério Público pediu apenas prisão temporária de cinco dias, já cumprida no ano passado.

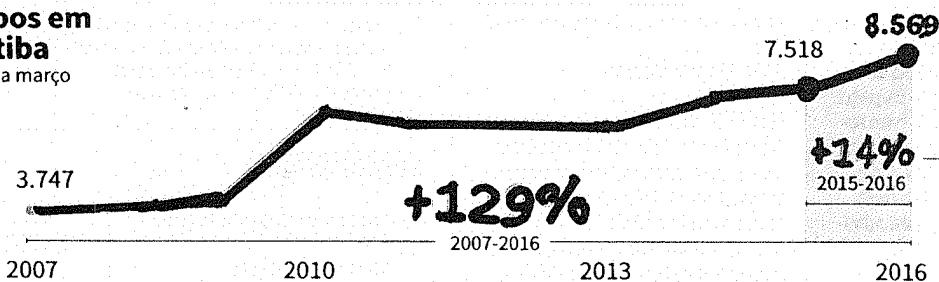
16 JUL 2016

GAZETA DO POVO 17 JUL 2016

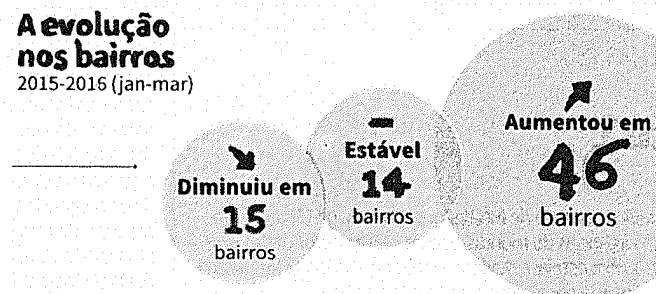
Curitiba de mãos ao alto

A capital paranaense experimenta uma explosão no número de assaltos. Em menos de dez anos, os casos de roubo mais do que dobraram. Só entre 2015 e 2016, o aumento foi de 14%. As causas apontadas estão na maior articulação dos grupos criminosos e na desestruturação das polícias. Para o cidadão, cresce o medo; para as vítimas, resta o trauma

Roubos em
Curitiba
janeiro a março



A evolução
nos bairros
2015-2016 (jan-mar)



O VIOLÊNCIA NA CAPITAL

Curitibano é
ROUBADO
a cada 15
MINUTOS

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

16 JUL 2016

17 JUL 2016

Em quase dez anos, número de assaltos mais que dobrou na capital, resultado da sofisticação do crime e do sucateamento da forças policiais

| *Diego Ribeiro*

● O curitibano nunca foi tão assaltado como no início deste ano. É o que revela um levantamento feito pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (Sesp). No primeiro trimestre de 2007, ano em que a estatística começou a ser divulgada periodicamente, o número de roubos na capital era de 3.747 em Curitiba. Em nove anos, o registro deste tipo de crime, caracterizado pelo uso de violência ou de grave ameaça, mais que dobrou, tendo crescido 129%.

Entre janeiro e março de 2016 foram 8.569 ocorrências — um aumento de 14% em relação a 2015 (veja infográfico). O dado engloba todos os tipos de roubo — residencial, ao comércio e de veículos. A cada 15 minutos alguém é assaltado na capital. Em números absolutos, o Centro é o bairro curitibano que mais registra roubos, seguido por Cidade Industrial e Sítio Cercado. O aumento na região central entre 2015 e 2016 foi maior que a média da cidade inteira: 24%.

Ainda no primeiro trimestre de 2016, a Sesp verificou aumento nos casos de furto (quando não há emprego de violência) e roubo a residência — 9% e 11%, respectivamente. O dado real, porém, pode ser maior. É que, historicamente, crimes contra o patrimônio são subnotificados pela falta de fé na polícia. A população deixa de registrar, principalmente, furtos e pequenos roubos.

Hipóteses

Especialistas em segurança pública elencam hipóteses que podem explicar o aumento de roubo em Curitiba. Entre elas, a ação de organizações criminosas articuladas na cidade e a desestruturação das Polícias Militar e Civil que, há algum tempo, passam por dificuldades como viaturas paradas em manutenção e presos em delegacias por falta de vagas no sistema penitenciário.

Segundo o sociólogo Pedro Bodê, coordenador do Centro de Estudos da Violência e Direitos Humanos da UFPR, o aumento do roubo pode ser consequência da sofisticação das quadrilhas nos últimos anos. A violência ou grave ameaça é cada vez mais empregada para driblar o aumento de segurança privada e as estratégias policiais.

Para o ex-secretário nacional de Segurança Pública, coronel da reserva paulista José Vicente da Silva, é provável que o trabalho de acompanhamento dos crimes pelos policiais não tenha sido feito da maneira correta. “O crime não aumenta pela competência do bandido, mas pela incompetência da polícia. Algumas unidades devem precisar ajustes de recursos. É preciso colocar a régua para ver. Quando mede a incidência por policial, é possível ver a carga que o distrito ou a unidade da PM atende. Segurança pública é gestão. Tem que dar uma estrutura e cobrar os resultados”, ressaltou.

Sensação de insegurança passa pelo aumento nos casos de assaltos: ladrões agem com violência.

CONTINUA

FACÇÃO CRIMINOSA

Outra hipótese para a alta dos roubos é a ação de facções criminosas comandadas de dentro da cadeia. “Nos últimos anos houve um crescimento de prisão por furto e roubo na cidade. Será que essas pessoas, ao passarem pela escola do crime, não assumiram compromisso com uma facção criminosa?”, indaga o sociólogo Pedro Bodê.

16 JUL 2016

17 JUL 2016

Vizinhança fortalece união para combater os criminosos

● O aumento nos casos de furto e roubo em residências (9% e 11%, respectivamente) tem ampliado um fenômeno registrados nos últimos cinco anos em Curitiba. Cada vez mais, vizinhos têm se articulado para se defender de assaltos. No Tarumã, onde a reportagem conversou com vítimas de crimes, o movimento Vizinhança em Alerta se fortalece a cada dia. Pouco mais de 100 pessoas participam de um grupo do WhatsApp onde só entra quem tem comprovante de residência no bairro. O Tarumã registrou 64 roubos no primeiro trimestre deste ano, nove a mais que no mesmo período do ano passado. Já o furto saltou de 54 para 79.

A união dos vizinhos já conseguiu instalar alarmes em postes em algumas ruas do bairro. Quando um suspeito passa, um vizinho aciona um controle remoto, que dispara a sirene. A vizinhança sai de casa rapidamente para verificar o ocorrido. "Mas nós não banalizamos a sirene aqui. Na rua de cima, toca direto. Já não ligam mais", afirmou uma moradora, que também preferiu não ter o nome revelado.

No Pilarzinho, onde 74 roubos foram registrados entre janeiro e março deste ano, dois a mais que o ano passado, também já tem uma vizinhança organizada, com vários núcleos de vizinhos solidários. A forma de acionamento é a mesma, por alarmes e sirenes.

Somente nesta semana, o Conselho Comunitário de Segurança (Conseg) do bairro já reunia cerca de 30 boletins de ocorrência de roubos na região para apresentar para a polícia na reunião com a comunidade.

“As pessoas estão com medo. A gente sabe que o roubo pode ter origem na exclusão social, mas os policiais estão com falta de recursos para fazer o trabalho preventivo e investigativo”

Claudino Dias, presidente de Conseg.

SEGURANÇA PÚBLICA

Governo aponta crise econômica como principal culpada

● A crise econômica é a principal explicação para o aumento dos roubos em Curitiba no início deste ano, segundo o governo do estado. Já a alta de 129% nas ocorrências nos últimos nove anos se deve ao crescimento populacional dos centros urbanos. "Com o aumento do desemprego recente, o número de roubos e furtos tende a crescer. Esta realidade acontece em praticamente todos os estados do país — alguns deles registram alta superior a 50%", afirmou, em nota, a Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná (Sesp). Para combater os crimes contra o patrimônio, a Sesp informa que elaborou uma estratégia para aumentar a presença policial nas ruas. Segundo a pasta, no entanto, não há erro estratégico atualmente. "Serão locadas 200 viaturas para a Polícia Militar fazer o trabalho de patrulhamento ostensivo em Curitiba e região metropolitana." O número de carros seria duplicado. Além disso, diz a nota, foram convocados 2,8 mil policiais militares que passaram pelo curso de formação. O objetivo é empregá-los em hora e locais com mais incidência destes crimes. O texto ainda ressaltou que não falta recursos para as polícias.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

16 JUL 2016

Dinheiro e bens se vão, mas trauma fica para sempre

17 JUL 2016

• Ser vítima de roubo não gera apenas a perda de um patrimônio, como presume o senso comum. No caso da família de um empresário curitibano, 40 anos, vítima de assalto há pouco mais de um ano, no bairro Tarumã, o roubo retirou também a tranquilidade, o prazer em retornar para casa. A cada volta do trabalho, de um passeio ou do supermercado, o trauma é revivido. Nunca se sabe o que vai encontrar na entrada de casa. A estratégia de segurança é reforçada, com voltas na quadra antes de parar o carro.

Foi na chegada em casa que um cunhado do empresário foi rendido por dois homens armados com pistolas. Ele foi empurrado para dentro da casa, onde a mãe dele, de 56 anos, e outro irmão, foram rendidos com gritos de “vou te matar se não fizer o que estou mandando”. “Foi muito traumatizante”, diz a dona da casa. Por medo, a família falou sob condição de anonimato.

O assalto à família durou menos de dez minutos. “Eu dizia ‘peguem o que quiser e vão embora’”, contou ela. O pedido, porém, não era atendido. Parecia interminável. Um dos filhos fugiu — ação não recomendada pela polícia — pela sacada do sobrado, o que deixou os criminosos ainda mais agitados.

“Engatilharam a arma e falavam que meu irmão havia me matado”, explicou o empresário. Os ladrões eram aparentemente jovens, bem vestidos e com uma coordenação nas ações. Falavam ao telefone com um terceiro que estava na retaguarda em um veículo. “Eles queriam cofre, mas não temos. Falei que tinha o dinheiro da diarista”, disse a dona de casa. Eles levaram R\$ 900 e alguns eletroeletrônicos, mas o trauma ficou.

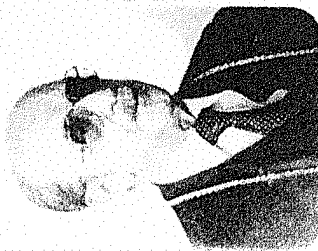
“Eu dizia para eles: “peguem o que quiser e vão embora”, mas parecia interminável. Eles queriam cofre, mas não temos. Falei que tinha só o dinheiro da diarista.”

Dona de casa que foi vítima de assalto.

17 JUL 2016 / 16 JUL 2016

GAZETA DO POVO

100 Anos de Joãa Cid de Macedo Portugal



Algumas pessoas deveriam ser eternas, tamanho o brilhantismo de sua vivência. Quem conheceu João Cid sabe a falta que ele faz. Nasceu em 9 de julho de 1916. Comemora-se, portanto, neste mês, o centenário de seu nascimento.

Aos dois anos mudou-se com a família da chácara do Pilarzinho (antigo terreno do Hospital Bom Retiro, em frente à Opet) para o casarão da

Rua Colombo, hoje Rua Clotário Portugal, no Centro de Curitiba.

Filho de Clotário de Macedo Portugal e Anita Macedo Portugal, em sua infância passava férias na chácara da família em Campo Largo, local em que desenvolveu grande habilidade no trato com os animais. Cavalos e carros eram suas grandes paixões.

Casou em primeiras núpcias com Dinorah Bacellar. Viúvo em 1960, teve seu segundo casamento com Dulce Bepler Portugal. Seus descendentes: 9 filhos, 23 netos e 19 bisnetos.

Pai austero, mas com espírito agregador; adorava ver a família reunida e sempre valorizou seus primos, sobrinhos e colegas de trabalho com palavras de incentivo e um humor refinado e diferenciado.

Formou-se em Direito pela Universidade Federal do Paraná em 1939 e ingressou no Ministério Público em 1940. Exerceu os cargos de Procurador do Estado, Procurador de Justiça tendo sido o Primeiro Procurador Geral eleito pelos pares.

Tão logo se cogitou a criação do Tribunal de Alçada (hoje extinto) seu nome foi lembrado pelo então Governador Paulo Pimentel. Em 1970 passou a compor o Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, pelo quinto constitucional, tendo exercido a sua Presidência por duas vezes.

Foi professor da Universidade Católica e também um dos fundadores da Escola da Magistratura do Paraná.

Em 1981 foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça e se aposentou em 1986. Continuou trabalhando junto ao Conselho Penitenciário.

Sempre privilegiou a carreira e se dedicava integralmente ao trabalho com o intuito de manter os processos em dia, para que assim a justiça não tardasse.

Mesmo com as sequelas de um AVC, seguiu sua vida estudando, trabalhando e honrando suas obrigações sociais junto aos clubes de serviço como Rotary. Clube dos 21 Irmãos Amigos e Instituto Germânico. Falecido em 2004, deixou como legado os exemplos da força do seu trabalho, amizades, valores e o grande amor pela vida.

GAZETA DO POVO

CARLOS ALBERTO DI FRANCO

18 JUL 2016

Jornalismo substantivo

Jornalismo é a busca do essencial, sem adereços, qualificativos ou adornos. O jornalismo transformador é substantivo. Sua força não está na militância ideológica ou partidária, mas no vigor persuasivo da verdade factual e na integridade da sua opinião. A credibilidade não é fruto de um momento. É a somatória de uma longa e transparente coerência. A ferramenta de trabalho dos jornalistas é a curiosidade. A dúvida. A interrogação. Há um ceticismo ético, base da boa reportagem investigativa. É a saudável desconfiança que se alimenta de uma paixão: o desejo dominante de descobrir e contar a verdade. Outra coisa, bem diferente, é o jornalismo de suspeita. O profissional suspicaz não tem "olhos de ver". Não admite que possam existir decência, retidão, bondade. Tudo passa por um crivo negativo que se traduz numa incapacidade crescente de elogiar o que deu certo. O jornalista não deve ser ingênuo. Mas não precisa ser cínico. Basta ser honrado, trabalhador, independente.

A fórmula de um bom jornal reclama uma balanceada combinação de convicção e dúvida. A candura, num país marcado pela tradição da impunidade, acaba sendo um desserviço à sociedade. É indispensável o exercício da denúncia fundamentada. Precisamos, independentemente do escárnio e do fôlego das máfias corruptas e corruptoras, perseverar num verdadeiro jornalismo de bulldogues. Um dia a coisa vai mudar. E vai mudar graças também ao esforço investigativo dos bons jornalistas. Essa atitude, contudo, não se confunde com o cinismo de quem sabe "o preço de cada coisa e o valor de coisa alguma". O repórter, observador diário da corrupção e da miséria moral, não pode deixar que a alma envelheça. Convém renovar a rebeldia sonhadora do começo da carreira. Todos os dias. O coração do repórter deve pulsar em cada matéria.

Alguns desvios, no entanto, podem comprometer o resultado final do trabalho. A precipitação é um vírus que ameaça a qualidade informativa. Repórteres carentes de informação especializada e de documentação apropriada ficam reféns da fonte. Sobra declaração, mas falta apuração rigorosa. O poder público tem notável capacidade de pautar jornais. Fonte de governo é importante, mas não é a única. O jornalismo de registro, pobre e simplificador, repercute o

Brasil oficial, mas oculta a verdadeira dimensão do país real. Muitas pautas estão quicando na nossa frente. Muitas histórias interessantes estão para ser contadas. Precisamos fugir do show político e fazer a opção pela informação que realmente conta. Só assim, com didatismo e equilíbrio, conseguiremos separar a notícia do lixo declaratório.

O culto à frivolidade e a submissão à ditadura dos modismos estão na outra ponta do problema. Vivemos sob o domínio do politicamente correto. E o dogma do politicamente correto não deixa saída: de um lado, só há vilões; de outro, só se captam perfis de mocinhos. E sabemos que não é assim. A vida tem matizes. O verdadeiro jornalismo não busca apenas argumentos que reforcem a bola da vez, mas, também, com a mesma vontade, os argumentos opostos. Estamos carentes de informação e faltos da boa dialética. Sente-se o leitor conduzido pela força de nossas idiossincrasias.

Registremos, ademais, os perigos do jornalismo de dossiê. Os riscos de instrumentalização da imprensa são evidentes. Por isso, é preciso revalorizar, e muito, as clássicas perguntas que devem ser feitas a qualquer repórter que cumpre pauta investigativa: *checou? Tem provas? A quem interessa essa informação? Trata-se de eficiente terapia no combate ao vírus da leviandade. O esforço de isenção, no entanto, não se confunde com a omissão. O leitor espera uma imprensa combativa, disposta a exercer o seu intransferível dever de denúncia. Menos registro e mais apuração. Menos fofoca e mais seriedade. Menos espetáculo de marketing político e mais consistência.*

A força de uma publicação não é fruto do acaso. É uma conquista diária. A credibilidade não combina com a leviandade. Só há uma receita duradoura: ética, profissionalismo e talento. O leitor, cada vez mais crítico e exigente, quer notícia. Quer informação substantiva.

Carlos Alberto Di Franco é jornalista.

18 JUL 2016

GAZETA DO POVO

● ABUSO DE AUTORIDADE

Proposta de lei de Renan pode afetar apuração de crimes, dizem juízes

Magistrados criam petição online para pedir aos senadores que não aprove o texto em 16 de agosto

Vivian Faria

Especial para a Gazeta do Povo

● Depois de se posicionar publicamente contra o projeto de lei do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que pretende alterar a Lei de Abuso de Autoridade (PLS 280/2016), a Associação dos Juizes Federais (Ajufe) criou uma petição online para pedir que os senadores não aprove o projeto. A petição tem por objetivo alcançar 50 mil assinaturas.

De acordo com o juiz federal e presidente da Ajufe, Roberto Veloso, há diversos pontos da proposta que visam constranger os magistrados e dificultar a apuração de crimes, mas um dos mais graves, segundo ele, é que ela prevê a punição ao crime de interpretação da lei.

“O artigo 9, parágrafo 1, item 2, visa punir todos os juizes que tiverem suas decisões reformadas por meio de habeas corpus emitido por tribunais. Ou seja, se o juiz decidir manter alguém preso e o tribunal mandar soltar, o juiz estaria cometendo um crime”, explica.

Segundo Veloso, outros dispositivos da nova lei do projeto criminalizariam a delação premiada (art. 13) e inviabilizariam inquéritos policiais e fiscalizações por órgãos como a Receita Federal (art. 31).

Devido à manifestação da Ajufe, o relator da proposta na Comissão da Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação da Constituição do Senado Federal, o senador Romero Jucá (PMDB-RR), pediu à instituição que apresentasse sugestões de alteração ao texto, que deverá ser votado no dia 16 de agosto.

“[A proposta] visa punir todos os juizes que tiverem suas decisões reformadas por meio de habeas corpus emitido por tribunais. Ou seja, se o juiz decidir manter alguém preso e o tribunal mandar soltar, o juiz estaria cometendo um crime.”

Roberto Veloso, juiz federal.

Delação na Lava Jato já reduz penas em 326 anos

18 JUL 2016

O número equivale a 28% do total de 1.149 anos aos quais todos os réus envolvidos no esquema já foram sentenciados

SÃO PAULO
Estadão Conteúdo

● Os acordos de colaboração premiada firmados na Operação Lava Jato reduziram em ao menos 326 anos as penas dos condenados em primeira instância pelo juiz Sérgio Moro. O número se refere a 28% do total de 1.149 anos aos quais todos os réus, delatores ou não, já foram sentenciados no esquema de desvios de recursos da Petrobras.

A redução pode ser maior, uma vez que no levantamento feito pela reportagem foram consideradas apenas as 15 colaborações cujos termos dos acordos vieram a público pela 13.ª Vara Criminal da Justiça Federal, em Curitiba.

Até agora, ao menos 65 réus da Lava Jato fecharam acordos de delação. Há negociações ainda em andamento, como a de Marcelo Odebrecht, presidente afastado da empreiteira que leva seu sobrenome, a maior do país.

As delações já computadas somam 400 anos de pena por crimes como corrupção,

lavagem de dinheiro e associação criminosa. Após os acordos, nos quais os réus confessaram os delitos e se comprometeram a fornecer informações e documentos que auxiliem a investigação e a produção de provas, o total de penas chega a 74 anos. Entre os delatores, a redução dos anos é de 81%.

Os maiores beneficiados são também os que receberam as penas mais pesadas e os que fizeram as colaborações mais consistentes, com detalhamento do esquema e revelação do envolvimento de nomes importantes. Dois dos principais personagens da Operação Lava Jato, o doleiro Alberto Youssef e o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, conseguiram reduzir suas penas em cerca de 140 anos.

Condenado a quase 80 anos de prisão por lavagem de dinheiro e organização criminosa, Youssef fez delação e deve cumprir pena em regime fechado entre três e cinco anos. Depois, passa para o regime aberto. Costa foi condenado a 74 anos, 6 meses e 10 dias de prisão por corrupção e lavagem. Com o acordo, no qual foi o primeiro a revelar a participação de políticos, a pena foi convertida em um ano de prisão domiciliar, mais dois anos no semiaberto, com tornozeleira.

Para o procurador da República Paulo Roberto Galvão, integrante da força-tarefa, as colaborações são o “coração pulsante” da Lava Jato. “Não são suficientes por si só, pois precisamos acrescentar outras provas às palavras do delator, mas são essenciais para o início e a expansão das investigações”, diz.

Paulo Roberto Costa: após delação, pena de 74 anos foi reduzida para um ano de prisão domiciliar e dois no semiaberto.

NO BOLSO

O maior peso das condenações está no bolso dos colaboradores. Os condenados abdicaram de US\$ 124 milhões e R\$ 323 milhões, além de bens como imóveis de alto padrão, terrenos, carros importados, lanchas e participações societárias. Os recursos foram repassados para a Petrobras e a União. As delações, em contrapartida, ajudaram não só a desvendar parte do esquema, que, segundo investigadores da Lava Jato, é responsável pelo desvio de mais de R\$ 6 bilhões, mas também a apontar a participação de outros envolvidos, entre eles detentores de foro privilegiado. Ao menos 49 políticos foram delatados.

CONTINUA

18 JUL 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

TABU

Resistência das defesas à delação diminuiu no último ano

SÃO PAULO

Estadão Conteúdo

● Presente no ordenamento jurídico brasileiro desde a década de 1990, a colaboração premiada se disseminou com o avanço da Operação Lava Jato, modificando, com o tempo, a forma com que advogados e investigadores encaram o instrumento. Se no início havia forte resistência, atualmente até ferrenhos críticos consideram a delação uma importante estratégia de defesa, “que veio para ficar”. Defensores, contudo, avaliam que a colaboração premiada carece de melhorias e sedimentação na jurisprudência brasileira.

“A delação é um instrumento antipático. Ninguém gosta de fazer. Nem o delator, nem o advogado. Mas veio para ficar e isso aconteceu em todos os países que adotaram o instrumento”, diz a advogada Fernanda Tórtima, que tem entre seus clientes o ex-presidente da Transpetro e delator Sérgio Machado. Segundo ela, é compreensível que o investigado que colabore com informações relevantes para a investigação tenha benefícios, como redução da punição. A advogada, no entanto, discorda que os acordos resultem em penas brandas e desproporcionais aos crimes cometidos. “É claro que o delator tem vários ônus, como a exposição pela confissão de crimes, restrições de liberdade e pesadas multas.”

Interesses

O criminalista Marcelo Leonardo afirma que, apesar de não ter simpatia pela delação, o advogado deve aceitar fazer quando esta for a vontade do cliente. “Não tenho nenhuma simpatia pela delação, mas para atender os interesses do cliente a gente fecha o nariz e fecha o acordo.” Leonardo representa a cúpula da empreiteira Mendes Júnior e o empresário Marcos Valério, que negociam acordo de delação na Lava Jato. Um dos signatários de um manifesto contra práticas adotadas na operação, as delações entre elas, David Rechulsky alerta para a banalização o método. “Antes desta operação te garanto que 99% dos criminalistas não considerariam a delação como estratégia de defesa.”

“Não tenho nenhuma simpatia pela delação, mas para atender os interesses do cliente a gente fecha o nariz e fecha o acordo.”

Marcelo Leonardo, advogado da M. Júnior

18 JUL 2016

GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA

BIA MORAES (INTERINA)

Decoração LavaJato

Com inauguração marcada para 13 de agosto, a próxima edição da Mostra Artefacto Curitiba, que celebra os 40 anos da marca de mobiliário de alto padrão no Brasil, terá o tema "Os destinos mais desejados no mundo", assim como nas demais cidades onde ela acontece. Mas, entre as personalidades homenageadas pelos profissionais que assinam os ambientes, estão nomes que não deixam dúvidas: o evento terá a cara da República de Curitiba. O juiz Sergio Moro e o procurador Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Lava Jato, estão entre os escolhidos. Moro será homenageado pela dupla Eduarda e Carlos Ehlke, e Deltan, por Elaine Zanon e Cláudia Machado.

18 JUL 2016

CARTA CAPITAL

EDITORIAL

Mino Carta O futuro presidente

● Por que, a prosseguir a tragédia do ridículo encenada pelo golpe, o promotor Dallagnol é melhor candidato do que Moro e Bolsonaro

O jovem promotor Deltan Dallagnol (leia Dallagnol), conspícuo integrante da força-tarefa da Operação Lava Jato, ao interrogar Marcelo Odebrecht, libera todo seu espírito redentor, olhos de missionário, rútilos, diria Nelson Rodrigues. Ele informa o interrogado em tom hierático: aqui estamos nós para aliviá-lo do peso que oprime sua consciência, de fato para ajudá-lo a reencontrar o bom caminho, faça a sua confissão e ganhe a paz interior. Algo assim, segundo consta.

Permito-me imaginar, como resultado final da tragédia do ridículo encenada pelo golpe, a candidatura do promotor Dallagnol à Presidência da República, obediente, mais do que qualquer outra, à lógica do absurdo. Há quem prefira o juiz Sergio Moro, ou mesmo o deputado Jair Bolsonaro. No meu canto, não hesito em escalar Dallagnol.

Moro, como o promotor, cultiva o ímpeto da grande missão, carece, porém, no meu entendimento, da vocação da catequese que Dallagnol manifesta radiosamente. Além do mais, o juiz aprecia envergar camisas pretas, de péssima memória. Já Bolsonaro é um camisa-preta autêntico, poderia ter participado da Marcha sobre Roma. Nem um nem outro

buscam redimir os pecadores, e sim puni-los de forma exemplar.

Dallagnol, em contrapartida, é adequado, diria mesmo óbvio, neste nosso teatrinho-bufo, de plateia cada vez mais apinhada por pagadores de dízimo. Ele é capaz de transformar a ribalta em púlpito e, a encarnar o desfecho no último ato, parece-me o mais condizente, em sintonia finíssima com o andamento do entrecho.

Tentemos pôr um mínimo de ordem na orgia farsesca que as circunstâncias nos obrigam a assistir, melhor, a viver, sugeriria o Marquês de Sade, inveterado e irônico pecador. Quais são as chances de vida exitosa de um governo presidido por Michel Temer? Vale perguntar aos botões se logrará durar até as eleições de 2018. Sobra a evidência de que, a prosseguir impávida a Lava Jato, entre mortos e feridos ninguém vai sobrar. Daí a saída pelo caminho apontado pelo promotor Dallagnol, intérprete inexcusável da estultice reinante. Trata-se, simplesmente, de combater a corrupção pela salvação das almas.

Insisto: há uma lógica na ironia.

Certo, inegável, é o caos em que o golpe nos mergulha, em meio a uma crise econômica inescapável para o país exportador de commodities e de indústria em frangalhos. Ao enxergar o Brasil de hoje, ocorre-me a imagem do pescueiro escocês ao largo de Aberdeen na madrugada invernal invadida pela cerração mais espessa, privado até do apito por um defeito mecânico.

Não é previsível escapar desta crise no prazo curto e médio, mas o marasmo político, que a situação econômica



Missionário da catequese e da redenção

e social multiplica, se oferece a uma saída clara, indistigável, aventada por vozes diferentes e bem-intencionadas. *CartaCapital* faz tempo aderiu à ideia da convocação de um plebiscito destinado a conhecer as demandas da Nação, ao que tudo indica desejosa de novas eleições tão logo possível. Se as pesquisas de opinião anularam os votos de 2014, a justificar o complô golpista, as mais recentes, do tempo nebuloso de governo interino, denunciam nitidamente a rejeição de Temer e a aspiração do voto antecipado.

Outra questão está em jogo, segundo *CartaCapital*, e sua solução correta conforme a lei é a premissa indispensável a um futuro sem traumas: o retorno de Dilma Rousseff ao Planalto, por mais temporário. Algo me intriga pessoalmente, na qualidade de cidadão e de jornalista: que pensam, que sentem, ao pousarem suas cabeças sobre o traveseiro do sono noturno, os senhores congressistas que votaram a favor do *impeachment* a despeito das crenças democráticas que costumam proclamar? E que dizer dos senadores que escalarão o muro e lá do alto encaram o horizonte com olhos opacos? E silentes ministros do STF, aos quais caberia o papel de sentinelas da lei? •

18 JUL 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

PRENDE E SOLTA!

Especialistas defendem outras medidas pra evitar reincidência de ex-detentos

Giselle Ulbrich
giselle@tribunadoparana.com.br

Policiais civis e militares reclamam todos os dias que a culpa da insegurança pública é do Judiciário. Argumentam que prendem um determinado sujeito por várias vezes e o juiz 'vai lá e solta' em todas. Que 'o preso vai pra audiência de custódia e menos de 24 horas depois está na rua de volta, com ou sem tornozeleira, cometendo crimes', e por isso se sentem desestimulados em continuar prendendo. Operadores do Direito ouvidos pela **Tribuna** acreditam que prisão não é a solução.

O juiz Eduardo Lino Bueno Fagundes Júnior, da 1.ª Vara de Execução Penal de Curitiba, alega que o sistema penitenciário não é um órgão de segurança pública. "A população carcerária subiu mais de 500% nos últimos 15 anos. Estamos há mais de quatro décadas prendendo mais e mais e mesmo assim estamos cada vez mais inseguros. Por isso, é um mito dizer que a Justiça fica soltando. Precisamos de um trabalho social mais atuante. Valem mais dez assistentes sociais na rua do que um policial. Prender não resolve o problema", analisa.

Dados do Departamento Penitenciário Nacional revelam que, de cada dez pessoas que passam pelo sistema penitenciário, oito voltam a cometer crimes. "A polícia só atua depois que o crime aconteceu. Além do trabalho social mais atuante, o policiamento tinha que ser mais eficaz. Ter mais policiais nas ruas inibiria o crime", pondera.

PRENDER OU LIBERAR?

Professor de Direito Penal e Criminologia da Universidade Positivo, Alexandre Nicoletti Hedlund também tem uma compreensão diferente do restante da sociedade. "A prisão não traz nenhum ganho. Ela sai mais violenta. A sociedade tem esse espírito, que cadeia deve fazer sofrer. A prisão tem que ser a última das punições. É preciso buscar outras alternativas", entende Alexandre, que tem essa opinião também por conta da superlotação. "Se o detido não oferece risco a ninguém, não há por que mantê-lo encarcerado. A pessoa precisa ter uma chance de se regenerar. E dentro da cadeia a probabilidade é contrária", avalia.

CONTINUA

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

18 JUL 2016

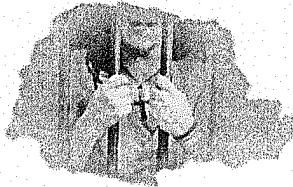
NÚMEROS DO PARANÁ

2014:

28.309
presos



23 mil
vagas de
Capacidade



2016:

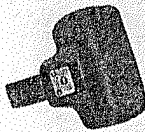
29.074
presos



18.363
vagas de Capacidade
em presídios

(Quase todos nas delegacias
e 5 mil nos presídios)

Polícia Civil não soube informar
capacidade nas delegacias



RS 241

Custo mensal
da tornozeleira
por preso

Cerca de
R\$ 2.500

Custo de um
preso no
regime fechado



Sobiu em + de
500%

a população
carcerária no Paraná
em 15 anos

Fonte: Depen

Audiência de custódia?

Sempre que uma pessoa é presa em flagrante, o juiz tem que ser informado da prisão em no máximo 24 horas. Para isso, a pessoa é levada à audiência de custódia, onde o juiz vai analisar três questões: se a prisão é legal, se é necessária e adequada ao caso e se houve algum tipo de violência ou abuso por parte dos policiais que realizaram a prisão.

Segundo o professor Alexandre Hedlund, 46% dos presos que vão para as audiências de custódia são postos em liberdade provisória, enquanto respondem o processo. Outros 53% têm a prisão em flagrante convertida em prisão preventi-

va ou temporária. Neste grupo, o juiz analisa, de forma subjetiva, se a pessoa oferece algum risco à sociedade se voltar às ruas. Acredita-se que pelo menos metade destes 53% poderia obter o benefício da tornozeleira.

No ESTADO

No Paraná, as audiências de custódia começaram a ser realizadas em 31 de julho de 2015. Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Estado é o quarto com mais audiências realizadas: 5,4 mil. Em todo o país, essa medida evitou a prisão desnecessária de mais de 45 mil pessoas. (GU)

Procedimento

É como um aparelho de celular preso ao tornozelo e monitorado via GPS. O preso é acompanhado 24 horas por dia e, se tirar o equipamento, desligar, deixar descarregar por completo ou sair da área em que está autorizado circular, a tornozeleira vibra e emite sons, além de alertar a central de monitoramento. Os agentes tentam contato telefônico com o monitorado e, se não conseguem nenhum tipo de resposta ou explicação dentro de um período de tempo, o Judiciário é informado e o juiz emite novo mandado de prisão. O preso volta à cadeia.

O governo do Paraná tem um contrato de locação para a utilização de cinco mil tornozeleiras eletrônicas até 2017. Hoje, são três mil equipamentos ativos e o Estado só paga por aqueles que estão sendo utilizados.

De acordo com o juiz Eduardo Lino Bueno Fagundes Júnior, o número de presos que tiveram o benefício suspenso, ou seja, perderam a liberdade porque cometeram algum deslize, é baixíssimo: menos de 3% dos réus. E, neste bolo de suspensões, há vários motivos, entre eles, a violação da tornozeleira. (GU)

O que é um reincidente?

Só é considerada reincidente em algum crime a pessoa que já foi condenada na Justiça (processo transitado em julgado) e volta a responder processo por outro crime. Mesmo que a pessoa responda a cinco inquéritos e dois processos, mas não tenha sido

julgada por nenhum deles, por exemplo, do ponto de vista da legislação, ela não é chamada de reincidente, porque a lei considera a presunção de inocência. Ou seja, perante os olhos da lei, todos são inocentes até que haja a condenação definitiva. (GU)

CONTINUA

18 JUL 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

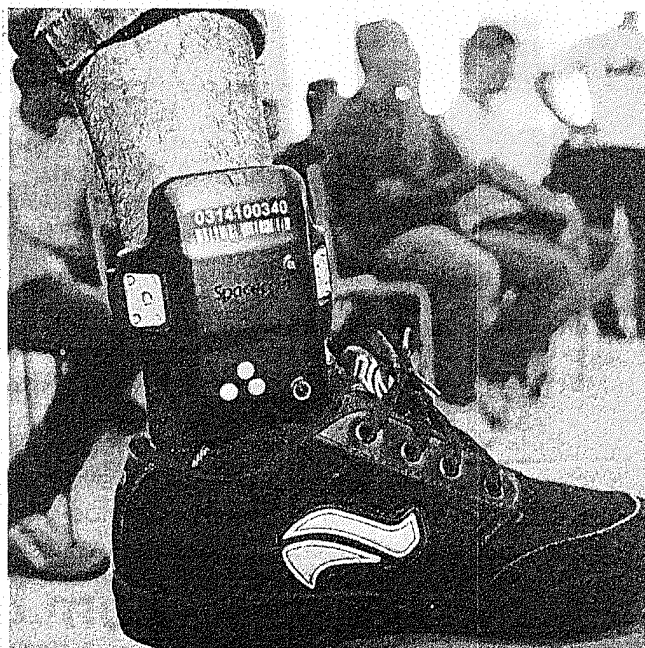
Tornozeleira evita crime?

A tornozeleira é concedida a pessoas em duas situações: as que já foram condenadas e evoluíram do regime fechado para o semiaberto, ou para pessoas que ainda estão respondendo a processo mas não precisariam ficar necessariamente presas. Um exemplo são casos de pessoas que cometeram pequenos furtos, em que a pena não passa de quatro anos de prisão. “Quando eu trabalhava nas audiências de custódia, estes casos geralmente eram de pessoas pobres que furtaram porque não tinham dinheiro para comprar. Estas pessoas não precisam de cadeia. Precisam de um trabalho social forte”, aponta o juiz Eduardo Lino Bueno Fagundes Júnior, da 1ª Vara de Execução Penal de Curitiba. Já pessoas presas por homicídio, violência doméstica ou tráfico de drogas, por exemplo, geralmente ficam atrás das grades.

O juiz ressalta que o equipamento não evita que a pessoa monitorada volte a cometer crimes. Mas, segundo ele,

dificulta a má intenção. Além de a pessoa pensar duas vezes antes de perder o benefício, o grupo de criminosos se afasta do monitorado. “Só estamos conseguindo movimentar pessoas do regime fechado para o semiaberto por causa da tornozeleira. O equipamento está ajudando a não superlotar ainda mais o sistema carcerário, a evitar que a pessoa entre numa cadeia e se contamine com as facções criminosas. A tornozeleira ajuda a cumprir melhor o papel do sistema penitenciário, que é o de fazer o preso se conscientizar do erro, estudar, trabalhar, ter contato e apoio da família”, analisa.

Em São Paulo, diz o professor de Direito Alexandre Heddland, a tornozeleira ajudou a reduzir a quantidade de presos reincidentes de 75% para 15%. “A população não deve se alarmar, achando que a Justiça está dando liberdade a bandidos. A questão é outra, é a possibilidade de ressocialização que a cadeia não dá”, alerta. (GU)



Equipamento evita a má intenção, segundo juiz.

18 JUL 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

STF garante fraldas a deficientes

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, decidiu, na última sexta-feira (15), manter decisão da Justiça Federal que obriga o Programa Farmácia Popular do Brasil, do Ministério da Saúde, a fornecer gratuitamente fraldas descartáveis a pessoas com deficiência. Segundo a Advocacia-Geral da União (AGU), a decisão deve gerar impacto de R\$ 2 bilhões por ano nas finanças públicas, valor equivalente a praticamente todo o orçamento anual do programa.

Lewandowski rejeitou recurso da AGU para barrar a decisão de Justiça Federal, por entender que o Estado deve garantir a proteção às pessoas com deficiência. Sobre a questão financeira, o ministro entendeu que não ficou comprovado no processo “o perigo de grave lesão aos valores da ordem e economia públicas”.

A AGU informou ao Supremo que o programa não fornece fraldas gratuitamente e que idosos recebem o benefício em função do Estatuto do Idoso. Segundo os advogados públicos, farmácias privadas devem observar diversos critérios para serem ressarcidas posteriormente pelo SUS.

O programa foi criado pelo Ministério da Saúde para ampliar o acesso da população a medicamentos por meio de rede própria de farmácias ou parcerias com drogarias privadas.

16 JUL 2016

FOLHA DE S. PAULO

Estabilidade do servidor público deveria ser extinta?

SIM

Por um Estado mais eficiente

VLADIMIR KUHL TELES

A estabilidade fiscal é uma condição necessária para o crescimento econômico, pois uma grande dívida pública implica subtração cada vez maior da poupança da economia para sustentá-la, diminuindo os investimentos produtivos.

O Brasil é, dentre as economias emergentes, o país com maior dívida em relação ao PIB (Produto Interno Bruto). A média de dívida pública desse grupo é de 45% do PIB, enquanto a nossa chega a 73,3%, com projeções de 80,5% até o próximo ano.

Além disso, o aumento contínuo e estrutural de despesas nas últimas duas décadas forçou uma elevação ininterrupta da carga tributária. Em 2016, trabalhamos até 1º de junho somente para pagar impostos.

Como o aumento de gastos é em grande parte estrutural, é urgente uma reforma do Estado, e não apenas um ajuste fiscal, para sinalizar uma trajetória sustentável no médio prazo. Assim, a imposição de um teto para a expansão de gastos, proposta pelo Ministério da Fazenda, é uma política crível para a sustentabilidade fiscal e a retomada da atividade econômica.

No entanto, a reforma não deveria se ater a limitar os gastos. Para realmente estimular a economia, precisaria aumentar substancialmente a produtividade do setor pú-

blico. Um governo que subtrai cerca de 40% da renda dos brasileiros tem a obrigação de entregar serviços de comprovada eficácia.

De acordo com ranking do Global Competitiveness Index (GCI), que avalia 140 países, o Brasil é o 136º em eficiência do setor público, sendo o 133º em evitar desperdício do orçamento. Não há dúvida de que a ineficiência passa, necessariamente, pelas regras do funcionalismo público.

O setor paga salários 30% maiores, em média, que o privado (comparando-se trabalhadores com características similares) e estabelece, além disso, regras de estabilidade e isonomia que configuram todos os incentivos para a falta de produtividade de seus empregados.

A estabilidade e a isonomia no funcionalismo público devem, sim, ser extintas. Afinal, por que um professor concursado que tem por hábito faltar às aulas, prejudicando o desenvolvimento cognitivo de nossos filhos, não pode ser demitido?

Por que os médicos da rede pública não são pagos por produção, por atendimentos realizados, evitando, assim, as filas imensas que castigam a população?

Por que a promoção na carreira de um professor universitário não depende de sua produção acadêmica, como ocorre nas melhores ins-

tituições do mundo?

A sociedade não suporta mais ficar sujeita a serviços públicos de péssima qualidade, e o setor privado, confrontado com tamanha carga tributária, não possui condições de investir mais e gerar empregos.

Os funcionários públicos, como os demais cidadãos, deveriam ser avaliados pela produtividade. Não poder demiti-los, ao menos facilmente, por ineficiência ou em períodos de crise, de enxugamento da máquina, é um absurdo que pune toda a sociedade.

Aumentar salários de servidores num período de recessão, sem exigir qualquer contrapartida e sem indicar qualquer reforma, é, no mínimo, uma ofensa.

O principal problema da economia brasileira é o crescimento institucionalizado dos gastos públicos, aliado à sua falta de produtividade. A imposição do limite para o crescimento dos gastos é um passo importante para resolver esse problema. Mas o país precisa de reformas mais profundas, ajustando as regras do funcionalismo público e reduzindo a burocracia.

VLADIMIR KUHL TELES, 38, pós-doutor em macroeconomia pela Universidade Harvard (EUA), é vice-diretor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas

CONTINUA

16 JUL 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

NÃO

Proteção dos interesses do país

NILTON PAIXÃO

Eis um fato amplamente difundido e cheio de inverdades: o setor privado presta serviços eficientes e de baixo custo, enquanto o setor público é corrupto e ruim.

Somos levados a acreditar que a iniciativa privada é a única responsável por criar e produzir serviços bons e baratos. Já o funcionalismo público, considerado ineficaz e perdulário, seria um obstáculo para o funcionamento da sociedade. Seguindo esse raciocínio, servidores públicos são considerados burocráticos e preguiçosos na condução de seus trabalhos.

No entanto, segundo dados recentes da instituição de pesquisa The Conference Board, a produtividade brasileira se situa em 75º lugar no ranking mundial. Na América Latina, é a terceira pior, ganhando apenas de Bolívia e Equador. Ou seja, a questão da baixa produtividade é geral em nosso país, de modo algum é exclusiva do serviço público.

Setores privatizados, como operadoras de telefonia e bancos, são campeões de queixas no Procon. E a qualidade dos serviços mais demandados, como a banda larga, é sofrível, com contratos desleais com

os consumidores.

Ainda assim, os concessionários recebem aportes de fundos de pensão de trabalhadores e financiamentos de bancos públicos a perder de vista, subsidiados com o aumento da dívida pública do país.

Nem sempre quem vende excelência de gestão, fala em meritocracia e ganha prêmios empresariais tem exatamente relações republicanas com o Estado.

O conjunto da obra do setor público precisa melhorar, sem dúvida. A rotatividade de servidores, todavia, não é um caminho para isso. Pelo contrário, deixaria a estrutura pública ainda mais à mercê daqueles que, com impunidade política e muitas vezes criminal, trabalham no Estado para enriquecer à vontade.

A estabilidade do funcionalismo público é fundamental para o país. É o que está permitindo a revolução de costumes no Brasil, fruto do trabalho de servidores do setor de controle, auditoria, controladoria, transparência, promotoria, fiscalização, polícia e Justiça, em conjunto com a imprensa. Esse conjunto de forças vem emparedando a corrupção.

Quanto mais a sociedade e suas

organizações puderem apoiar os servidores públicos de carreira, melhor será para todos.

Somente o quadro estável e profissionalizado das instâncias públicas protegerá os reais interesses da nação.

Apenas servidores estáveis terão a sensibilidade necessária para as demandas da população e poderão fiscalizar aquilo que é do interesse público, sem viés partidário, sem favorecimentos privados, sem a apropriação partidária da estrutura pública.

Tudo pode e deve melhorar. Tudo pode e deve ser mais eficiente. É preciso gerar novas inteligências nos processos do setor, que também requerem investimentos há tempos represados.

Todavia, deixar o Estado mais vulnerável, sem o servidor com estabilidade, pode ser o pior dos mundos, a posse do que é público pelos interesses privados de poucos.

NILTON PAIXÃO, 50, é presidente da Pública (central sindical dos servidores públicos), consultor legislativo da Câmara dos Deputados e mestre em direito constitucional pela Universidade Federal de Pernambuco

16 JUL 2016

FOLHA DE S. PAULO

Só um em cada cinco exames de estupro comprova o crime

Levantamento em Curitiba mostra que 67% das vítimas são crianças e adolescentes

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

Levantamento feito por uma médica legista em Curitiba mostrou que apenas 22% dos exames de estupro feitos na cidade conseguem comprovar o crime —ou seja, colhem material biológico ou mostram alterações anatômicas que evidenciam o abuso.

Mais preocupante: a maioria das vítimas atendidas (67%) são crianças e adolescentes, de 0 a 17 anos.

Não há dados nacionais consolidados sobre esses exames —os IMLs consideram os laudos sigilosos—, mas a médica acredita que esse quadro se repita no resto do país.

Num estudo em São Paulo, que analisou 137 casos de estupro contra adolescentes em 2011, os resultados foram idênticos: 78% dos laudos deram negativo.

“É muito difícil, porque eu acredito na vítima. Mas como vou responder que houve estupro? É técnico. Eu tenho que materializar a prova”, diz Maria Leticia Fagundes, responsável pelo levantamento e médica legista há 22 anos.

Para ela, a principal dificuldade é a demora. Passa-

das 72 horas do estupro, a chance de encontrar sêmen ou sinais da agressão diminui radicalmente. Além disso, alguns atos libidinosos não deixam marca.

“Infelizmente, na grande maioria dos casos registrados, o crime não deixa vestígios”, afirma a delegada Ana Cláudia Machado, policial que coordena as Delegacias da Mulher no Paraná.

BRUTALIZAÇÃO

Para a médica legista, porém, ainda falta estrutura. Problemas no transporte do material para o IML, como mau armazenamento e calor, podem alterar a prova.

O maior risco, para ela, é a “brutalização” do atendimento —o que pode inibir vítimas a denunciarem os crimes. “Quem trabalha nessa área tem que se policiar o tempo todo para manter a sensibilidade”, diz Fagundes.

“O atendimento é frio. Perguntam: ‘Tem certeza que quer denunciar? Vai demorar quatro horas, você vai esperar tudo isso?’”, comenta a publicitária Goretta Bussolo, 49, que foi vítima de violência quando criança e hoje trabalha com suporte às vítimas.

16 JUL 2016

FOLHA DE S. PAULO

Opinião pública protege Lava Jato, diz Moro

Nos EUA, juiz afirmou que apoio popular é importante para evitar obstrução de Justiça

MARCELO NINIO
DE WASHINGTON

O apoio da opinião pública à Operação Lava Jato é importante para barrar tentativas de obstrução da Justiça por parte dos investigados, afirmou nesta sexta-feira (15) o juiz federal Sergio Moro, em evento nos Estados Unidos.

“Nesses casos envolvendo políticos, diretores e donos de empresas, é importante ter a opinião pública do seu lado, para evitar qualquer tipo de obstrução da Justiça, especialmente num país que não tem uma longa tradição na aplicação da lei nesse tipo de caso”, afirmou Moro, durante uma homenagem que recebeu na American University, em Washington.

Um dos pontos positivos da grande repercussão gerada pela Lava Jato, disse ele, foi tornar o processo judiciário mais conhecido dos brasileiros. “Dizem que hoje em dia no Brasil todo mundo sabe os nomes dos juízes do Supremo, mas não dos jogadores da seleção”, brincou.

O juiz voltou a citar a lentidão da Justiça como um dos principais problemas na luta contra a impunidade dos corruptos, mas ressaltou que o governo e o Legislativo “também têm que fazer o seu dever de casa”. Questionado por um participante do evento por que políticos corruptos continuam a ser eleitos no Brasil, Moro disse que é algo “perturbador”.

Sem citar o nome do político, ele lembrou o deputado federal Paulo Maluf (PP-SP) como símbolo dessa impunidade eleitoral.

“Temos um deputado com um mandado de prisão internacional emitido aqui, em Nova York, e outro emitido pela França. Mas ele continua sendo deputado”, disse. “É estranho que as pessoas continuem a votar nessa pessoa”.

Para ele, isso talvez ocorra devido à influência econômica do candidato, que muitas vezes usa recursos proveniente de atividades criminosas, o que lhe dá vantagem sobre políticos honestos. A pressão popular, disse, é fundamental para mudar essa situação.

“É importante que a opinião pública exija mudanças nas instituições brasileiras. Mais de 3 milhões de pessoas foram às ruas em protesto neste ano contra muitos temas, mas a luta comum era contra a corrupção”, disse.

Ao comentar que a Lava Jato já sofreu “centenas de recursos”, Moro fez piada: “Às vezes nem consigo ir ao banheiro sem que chegue um recurso”. Ele defendeu a importância de agilizar o sistema judicial. “Temos leis lindas e modernas, mas muitas vezes o sistema simplesmente não funciona.”

16 JUL 2016

FOLHA DE S. PAULO

Operação ganha dez novos agentes após rumor de desmanche

Policiais atuarão em dedicação exclusiva até o fim do ano e acelerarão Lava Jato, diz PF

FLÁVIO FERREIRA
ENVIADO ESPECIAL CURITIBA

A força-tarefa da Polícia Federal na Operação Lava Jato em Curitiba terá dez novos integrantes a partir do próximo dia 25 e passará a contar com 60 policiais federais. Serão 9 delegados, 12 peritos e 39 agentes ou escrivães.

A expectativa é de que mais um delegado seja integrado ao grupo em agosto.

Os novos agentes atuarão em regime de dedicação exclusiva pelo menos até o fim do ano, segundo o delegado Maurício Moscardi, um dos coordenadores da equipe.

De acordo com Moscardi, o aumento do efetivo foi determinado pela direção da PF no começo desta semana após pedido da coordenação da Lava Jato, que também é composta pelo delegado Igor Romário de Paula.

A medida é tomada em um momento em que setores da PF afirmam que a equipe da Lava Jato está sob risco de desmanche, que teria como ponto de partida o recente desligamento do delegado Eduardo Mauat do grupo.

No início do mês, além de Mauat, deixaram a operação Luciano Flores, que integra-

va a Lava Jato desde o princípio e conduziu o interrogatório do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em março, e Duílio Mocelin Cardoso.

Flores foi afastado a pedido, para atuar na Olimpíada. Ele deverá voltar ao grupo após o encerramento do evento. Mauat e Cardoso voltaram às suas bases no Rio Grande do Sul e em Rondônia, respectivamente.

Na época, a PF negou o suposto desmanche e disse que a troca era para dar "um novo fôlego" às investigações. Com a saída dos três, passaram a integrar a equipe os delegados Rodrigo Sanfurgo, que chefiou a delegacia de combate a crimes financeiros em São Paulo, Roberto Biasoli, que trabalhou no departamento de cooperação internacional do Ministério da Justiça, e Luciano Menin.

Nesta sexta (15), Moscardi afirmou que as ações da direção da PF mostram que o risco de desmanche não existe.

"O aumento da equipe vem no sentido de buscar uma maior celeridade na análise do material obtido", disse.

17 JUL 2016

FOLHA DE S. PAULO

Sob Lava Jato, delação vai de tabu a recurso usual

Colaboradores obtêm papel central
em outras grandes operações da PF

**Para advogado,
instituto se populariza
em cenário de provas
robustas e investigações
que não são anuladas**

WÁLTER NUNES
DE SÃO PAULO

O quadro no escritório do curitibano Tracy Reinaldet, 28, reproduz cena do jurista Evandro Lins e Silva discursando no tribunal do júri. "Ele é a minha grande inspiração no direito", diz.

Lins e Silva, morto em 2002, era conhecido pela determinação com que defendia a inocência de seus clientes, mesmo os réus confessos de crimes hediondos.

A defesa praticada por Reinaldet e que se espraiou para grandes bancas de criminalistas do país após a Operação Lava Jato não segue os preceitos de Lins e Silva.

O advogado curitibano é expoente de uma advocacia calçada no instituto da delação premiada, que pressupõe o abandono da tese da inocência do réu, que passa a acusar outros envolvidos em troca de benefícios.

Se num passado recente levar o cliente a delatar era tabu, de um ano e meio para cá

são cada vez mais raros os que resistem à estratégia.

Até agora, 61 delações foram fechadas só na Lava Jato. Nunca se delatou tanto. Em praticamente todas as outras grandes operações, como Zelotes e Acrônimo, há delatores com papel central.

"Quando a pessoa é presa em investigação de crime econômico geralmente há provas muito robustas. As operações não são mais anuladas em tribunais superiores como antes", diz Marlus Arns, com clientes na Lava Jato.

Adotar a nova estratégia, no entanto, não foi simples. "Quando resolvemos assinar o primeiro acordo, no ano passado, fizemos uma reunião para calcular os efeitos colaterais para o escritório", diz o defensor Adriano Bretas.

Junto com seu sócio Reinaldet, Bretas já publicou cinco artigos jurídicos e prepara livro sobre o assunto.

"Hoje há clientes que nos procuram só para fazer delação", disse Arns. "Houve caso em que a pessoa não era investigada, o crime que havia cometido já havia prescrito, mas mesmo assim ele queria fazer delação. Foi difícil movê-lo da ideia."

Até o começo da Lava Jato apenas dois advogados eram

“ Quem delata com atraso tem menos o que dizer, negocia em desvantagem

PIERPAOLO BOTTINI
advogado

considerados especialistas em delação: a paulista Beatriz Catta Preta e o curitibano Antônio Figueiredo Basto.

Criticados pelos colegas, saíram na frente ao negociar as primeiras delações na Lava Jato. Catta Preta assinou o acordo do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa. Depois, falou o doleiro Alberto Youssef, orientado por Basto.

Demorou cinco meses da primeira delação na Lava Jato até que outros advogados se arriscassem a utilizá-la.

Hoje se sabe que demora a delatar tem mais dificuldade. "Quem delata com atraso tem menos o que dizer, negocia em desvantagem", diz o advogado Pierpaolo Bottini.

No momento, negociam delações Léo Pinheiro, da OAS, e Marcelo Odebrecht. Para incentivar o acordo, procuradores dizem que apenas um deles será fechado.

O instituto não é unânime. Juliano Breda, ex-presidente da OAB do Paraná, tem clientes delatores, mas também não é entusiasta do instrumento. "Há negociação de delação em bloco, outras extremamente frágeis", afirma. "Há risco de a Lava Jato banalizar a delação."

17 JUL 2016

FOLHA DE S. PAULO

O QUE ELE DISSER

SERGIO MORO

Até agora, o Poder Executivo e o Congresso não fizeram uma contribuição significativa para os esforços do Brasil na luta contra a corrupção. [...] Sua omissão é muito decepcionante. Juiz responsável pelas ações da Lava Jato, em evento em Washington (EUA)

“tiroteio”

O Estado policial chegou a ponto de um juiz criminal criticar o Executivo, o Legislativo e, de maneira comedida, o próprio STF.

DO CRIMINALISTA ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA, o Kakay, advogado de alvos da Lava Jato, sobre as declarações do juiz Sergio Moro em Washington (EUA).

17 JUL 2016

FOLHA DE S. PAULO

ELIO GASPARI

A OI NO STF

A ex-SuperTele Oi convive com uma estranha estatística. Lidera a lista das empresas que vão até o Supremo Tribunal Federal em litígios que envolvem os consumidores. Batalha em 6.271 processos. Em segundo lugar vem o banco Santander, com 2.847 casos.

Tamanha diligência judicial pode explicar o fato de a Oi gastar cerca de R\$ 500 milhões anuais com advogados.

Entende-se uma das razões pelas quais a Oi foi para o buraco quando se vê que desde 2011 a taxa média de sucesso em recursos apresentados ao Supremo está em 3,04%. A dos grandes litigantes contra consumidores é de 0,21%. A taxa de sucesso da Oi ficou em 0,07%.

FOLHA DE S. PAULO

Um plano democrático

JOSÉ RENATO NALINI

São Paulo pode se orgulhar de ter conseguido auscultar as aspirações de todos e, graças a isso, oferece um plano de educação completo

18 JUL 2016

O Plano Estadual de Educação, aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e sancionado pelo governador Geraldo Alckmin, constitui exemplo de elaboração democrática de um projeto de interesse comum. A produção envolveu uma comunidade de educadores, entidades e organismos. Foram realizadas sete audiências públicas, nas quais todos puderam fazer sugestões.

O plano decorre da obrigação legal de planejar a educação pública em São Paulo, a partir das diretrizes do Plano Nacional, editado pela lei federal nº 13.005/14.

Não pode fugir desses parâmetros, mas acolheu propostas consistentes oferecidas por sindicatos e associações, num diálogo comprobatório de que não é impossível a obtenção do consenso, desde que haja civilidade e empenho por parte de todos os envolvidos.

Um plano é um compromisso, cuja implementação dependerá de vontade e zelo. Para o monitoramento de sua execução, haverá avaliação contínua, realizada periodicamente, por instâncias ne previstas: a Secretaria Estadual de Educação, a Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa, o Conselho Estadual de Educação, o Fórum Estadual de Educação e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

Impõe-se um regime de colaboração com a União e os municípios, assegurada a participação das famílias no acompanhamento da execução das metas e estratégias. Previu-se a criação de uma instância permanente de negociação e pactuação entre o Estado e os municípios, para garantir o fortalecimento do regime de colaboração.

A gestão democrática é um dos eixos balizadores do plano e a Secretaria da Educação já conclui o

projeto que definirá as ações que a assegurem. O objetivo é cumprir a Constituição, expressa ao preceituar que a educação, direito de todos, é responsabilidade do Estado e da família, com a participação da sociedade.

Por essa concepção abrangente do processo educacional, concluiu-se inexistir alguém, pessoa física ou grupo intermediário, imune às responsabilidades quanto a prover os seres educandos de um sistema de crescente qualidade.

Metas ambiciosas foram postas, com o intuito de fazer com que o direito à educação venha a ser de fato usufruído por todos os que quiserem aprender. A valorização do magistério passa por remuneração condigna, jornada de trabalho, condições adequadas de prestação dessa verdadeira missão, além da participação de todos os atores da comunidade escolar no estabelecimento de políticas públicas voltadas ao bom desempenho profissional e à qualidade dos serviços educacionais prestados à comunidade.

São Paulo pode se orgulhar de ter conseguido auscultar as aspirações de todos e, graças a essa parceria imprescindível, o Parlamento bandeirante oferece um Plano Estadual de Educação completo e abrangente, base para o inadiável compromisso de acelerar o aprimoramento da educação pública em nosso Estado.

Agora é observá-lo e cumpri-lo. Para que infância e juventude bandeirantes, principalmente esses dois segmentos, possam contar com um porvir menos turbulento do que o ora vivenciado.

JOSÉ RENATO NALINI, 70, é secretário da Educação do Estado de São Paulo. Doutor em direito constitucional pela USP, foi presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo

18 JUL 2016

FOLHA DE S. PAULO

Justiça manda parar ampliação da Riviera

Decisão liminar de juiz federal acata tese da Procuradoria de que pode estar ocorrendo desmate ilegal em Bertioga (SP)

Área afetada equivale a 44 campos de futebol; empresa paralisa obras, mas diz que tudo está sendo feito dentro da lei

EDUARDO GERAQUE
DE SÃO PAULO

As obras de ampliação da Riviera de São Lourenço, em Bertioga, no litoral paulista, foram embargadas por decisão liminar (provisória) tomada pela Justiça Federal.

O juiz Mateus Castelo Branco da Silva, da Baixada Santista, acatou no fim de semana ação civil pública feita pelo Ministério Público Federal.

Após impasse judicial, a Riviera havia retomado neste ano, com aval do Ministério Público estadual, a expansão do empreendimento de alto padrão desenhada nos anos 1970. Para isso, um pedaço de mata atlântica e restinga, na beira da praia e equivalente a 44 campos de futebol, estava sendo desmatado.

Nessa área seriam construídos 30 prédios. Em região mais distante da praia também são previstas casas em 300 lotes, de cerca de 800 metros quadrados cada um.

A Procuradoria se opôs à medida por avaliar como ilegal a retirada de vegetação no terreno onde a construtora Sobloco, autora do projeto, vinha trabalhando para a ampliação do empreendimento.

AUTORIZAÇÕES

Por meio de nota, os empreendedores dizem que suspenderam as obras neste domingo (17) —a Justiça fixou multa de R\$ 500 mil por dia em caso de descumprimento.

A construtora ressalta, porém, que seu trabalho segue as autorizações obtidas nos órgãos oficiais e em acordo firmado no Ministério Público do Estado de São Paulo.

O juiz, em seu despacho, entendeu haver indícios de intervenções na Riviera em área da Marinha —cabendo, assim, competência para a queixa da Procuradoria, que trata de assuntos federais.

Pela decisão liminar, a concordância da Promotoria, que trata de questões estaduais, não seria suficiente para avulzar as obras de ampliação.

Esta é a segunda vez que a Justiça trava a expansão do empreendimento. Outro embargo, que durou quatro anos, ocorreu em 2011.

Naquele ano, a Promotoria conseguiu congelar as licenças ambientais que os donos do bairro de Bertioga obtiveram em 2005. O acordo entre a Sobloco e os promotores, firmado em 2015, havia destravado esse imbrólio jurídico.

Pelo acerto, que teve aval da Prefeitura de Bertioga (a Riviera arrecada 50% do IPTU da cidade), a construtora teria que construir uma unidade básica de saúde e um centro comunitário de esportes, dentre outras obras, a um custo de R\$ 16 milhões.

Os responsáveis pela construtora dizem que estão seguros da continuidade das obras e afirmam ainda estar cumprindo todas as condicionantes previstas.

“ Vale dizer que a probabilidade do direito advém dos indícios de que estão ocorrendo obras [na Riviera] em área da União, sem autorização desta, o que permite constatar plausibilidade na tese de prejuízos ao ambiente

MATEUS CASTELO BRANCO DA SILVA
juiz federal que embargou a obra

18 JUL 2016

FOLHA DE S. PAULO

Agenda indica comunicação entre ex-ministro e delator

Polícia suspeita que Otávio Azevedo e
Paulo Bernardo discutiram depósito

**Lava Jato investiga
lobby da Andrade na
Anatel no período em
que petista era ministro
das Comunicações**

RUBENS VALENTE
DE BRASÍLIA

A agenda de compromissos em 2014 do então ministro das Comunicações Paulo Bernardo (PT-PR) indica que era ele o interlocutor de mensagens interceptadas pela Polícia Federal no telefone do executivo da Andrade Gutierrez Otávio Azevedo.

Em relatório na Operação Lava Jato, a PF apontou que o celular que registrou trocas de mensagens com Azevedo “possivelmente” pertenceria a Paulo Bernardo.

A dúvida sobre a identidade surgiu porque o contato de Azevedo, um celular de Brasília, aparece registrado em nome de duas pessoas ao mesmo tempo: Paulo Bernardo e também João Rezende, possível referência ao presidente da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), pessoa próxima do ex-ministro.

Nas comunicações feitas por um aplicativo, o interlocutor de Azevedo cobra a confirmação de “nossa conversa” e um dia depois o emprei-

teiro informa que “caiu agora”, uma provável referência, segundo a PF, a um depósito.

Levantamento feito pela Folha na agenda de Paulo Bernardo mostra pelo menos três pontos coincidentes e reforça a suspeita de que o celular era mesmo usado pelo ex-ministro.

Em 25 de abril de 2014, o interlocutor diz a Azevedo que estaria no Rio de Janeiro para uma “reunião na Finep”, referência a uma empresa pública de fomento à ciência e tecnologia. No mesmo dia, a agenda de Paulo Bernardo apontou como compromisso do então ministro, no Rio, uma reunião no conselho administrativo da Finep.

Em outro ponto da troca de mensagens, o interlocutor de Azevedo afirma que no dia 29 de maio de 2014 estaria “em viagem à Bahia”, mas voltaria na tarde do mesmo dia. A agenda do então ministro informa que, às 11h daquele dia, ele participou da cerimônia de inauguração de um centro digital na cidade de Vitória da Conquista (BA).

Já no dia 21 de maio de 2014, o interlocutor do empreiteiro indaga se eles poderiam se encontrar “no aeroporto”, sem citar a cidade, no dia seguinte, 22 de maio. Na agenda oficial de Paulo Bernardo, consta que ele estava em Curitiba (PR) em 23 de maio.

No relatório da PF que integra as investigações da Operação Lava Jato, os investigadores ressaltam, entre outras, mensagens entre 30 de agosto e 3 de setembro de 2014 que, segundo a PF, “parecem sugerir que Paulo Bernardo estaria questionando Otávio de forma velada acerca de depósito [bancário]”.

Bernardo foi preso em junho na Operação Custo Brasil, um desdobramento da Lava Jato, que investiga desvios do Ministério do Planejamento. Ele ficou por seis dias na carceragem e foi solto por ordem do ministro do STF Dias Toffoli, segundo quem não havia motivos que justificassem a manutenção da prisão, como risco de fuga.

Ex-ministro dos governos Lula e Dilma, o petista é suspeito de ter se beneficiado de propina de contratos do Ministério do Planejamento que perduraram de 2010 a 2015.

A Operação Lava Jato investiga lobby da Andrade Gutierrez na Anatel no período em que Bernardo era ministro das Comunicações.

CONTINUA

18 JUL 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

> OUTRO LADO <

Conversas não tratam de nada ilícito, diz defesa

A advogada do ex-ministro das Comunicações Paulo Bernardo, Verônica Sterman, não negou que ele seja o interlocutor de Otávio Azevedo nas trocas de mensagens.

Ela afirmou que seu cliente não se recorda em que contexto ocorreu a conversa, em 2014, na qual Azevedo usou a expressão “caiu agora”.

Em nota, a advogada também disse que Bernardo possuía o telefone de Azevedo, “assim como o de vários outros empresários, e por vezes se comunicava com eles”.

“Não há nem nunca houve nada de errado ou ilícito no teor dessas conversas. As mensagens são claras e não há qualquer ‘mensagem velada’”, afirmou a advogada.

Mulher de Cunha quer levar processo para o Rio

Ré em ação penal por lavagem de dinheiro de mais de US\$ 1 milhão, Cláudia Cruz tenta tirar a investigação contra si das mãos do juiz federal Sérgio Moro

Julia Affonso, Ricardo Brandt
e Fausto Macedo
Agência Estado

São Paulo - A jornalista Cláudia Cruz, mulher do deputado afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), quer tirar a investigação contra si das mãos do juiz federal Sérgio Moro e transferir para o Rio, "local onde teriam sido praticadas as imaginárias condutas que lhe são imputadas". As justificativas da jornalista são a quebra de sigilo bancário e fiscal autorizada pelo magistrado na Operação Lava Jato e a apuração contra a enteada Danielle Dytz, filha do deputado afastado do PMDB-RJ.

A mulher do ex-presidente da Câmara é ré em ação penal por lavagem de dinheiro de mais de US\$ 1 milhão supostamente provenientes de crimes atribuídos ao marido. Cláudia também é acusada de evasão de divisas. Segundo a denúncia da força-tarefa da Lava Jato, ela se favoreceu de parte de valores de uma propina de cerca de US\$ 1,5 milhão que o marido teria recebido para "viabilizar" a aquisição, pela Petrobras, de 50% do bloco 4 de um campo de exploração de petróleo na costa do Benin, na África, em 2011.

Os recursos que aportaram na conta de Cláudia foram utilizados, por exemplo, para pagar compras de luxo feitas com cartões de crédito no exterior - a investigação mostra que ela adquiriu sapatos, bolsas e roupas de grife com recursos de origem ilícita, segundo a Procuradoria da República.

"Após formulada a acusação, os membros do Ministério Público Federal integrantes da denominada força-tarefa da Operação Lava Jato e signatários da denúncia, tanto na cota introdutória da denúncia, como em entrevista coletiva à imprensa a respeito do tema, mencionaram a continuidade das investigações em face de Danielle Ditz da Cunha, enteada da petionária, e outras pessoas físicas e jurídicas a ela relacionadas", aponta a defesa de Cláudia Cruz.

Os advogados Pierpaolo Cruz Bottini e Cláudia Vara San Juan Araujo afirmam em petição anexada aos autos nesta quinta-feira, 14, que o pedido de quebra de sigilo de pessoas jurídicas relacionadas à mulher do ex-presidente da Câmara formulado pelo Ministério Público Federal teve origem "em uma suposta incompatibilidade entre o valor dos pagamentos dos cartões de crédito por ela utilizadas e os débitos em suas contas bancárias e em relação à aquisição de dois veículos".

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

16 JUL 2016

“Claro, portanto, que, as investigações empreendidas em face da peticionária (Cláudia Cruz) extrapolaram a suposta manutenção de ativos no exterior sem declaração às autoridades competentes e o conjecturado recebimento de valores oriundos do pagamento de propina por contratos da Petrobras, para apurar também outras possíveis irregularidades no patrimônio e na movimentação financeira de Cláudia Cordeiro Cruz”, sustentam os criminalistas

Para a defesa, não há como se sustentar a competência da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba/PR, de titularidade do juiz Sérgio Moro, “para a continuidade das investigações pretendida pelo Ministério Público Federal, em virtude da inexistência de conexão entre os fatos apontados - supostas incompatibilidades patrimoniais da peticionária - e o esquema criminoso da Petrobras”.

“Uma vez afastada a conexão probatória e, consequentemente, a prevenção deste d. Juízo, requer-se a aplicação da regra geral de competência prevista no Código de Processo Penal - lugar da infração - com a remessa de todos os procedimentos eventualmente instaurados para dar prosseguimento às apurações em face da Peticionária e das pessoas físicas e jurídicas a ela relacionadas à Seção Judiciária do Rio de Janeiro, local onde teriam sido praticadas as imaginárias condutas que lhe são imputadas - incompatibilidade entre pagamentos de faturas de cartão de crédito e movimentações bancárias e na aquisição de veículos”, anota a defesa.

1 6 JUL 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Moro e a opinião pública

O apoio da opinião pública à operação Lava Jato é importante para barrar tentativas de obstrução da Justiça por parte dos investigados, afirmou nessa sexta (15) o juiz federal Sérgio Moro, em evento nos Estados Unidos.

“Nesses casos envolvendo políticos, diretores e donos de empresas, é importante ter a opinião pública do seu lado, para evitar qualquer tipo de obstrução da Justiça, especialmente num país que não tem uma longa tradição na aplicação da lei nesse tipo de caso”, afirmou Moro, durante uma homenagem que recebeu na American University, em Washington.

Futebol e o Judiciário

Um dos pontos positivos da grande repercussão gerada pela Lava Jato, disse ele, foi tornar o processo judiciário mais conhecido dos brasileiros. “Dizem que hoje em dia no Brasil todo mundo sabe os nomes dos juizes do Supremo, mas não dos jogadores da seleção”, brincou.

17 JUL 2016

FOLHA DE LONDRINA

Para votar bem é preciso votar com informação

O voto é o mecanismo mais poderoso da democracia. É por meio dele que escolhemos quais serão os representantes que irão aprovar e propor leis que impactam no desenvolvimento e nos rumos do país. Por isso, é preciso ter consciência e responsabilidade na hora de votar. Os últimos acontecimentos políticos do nosso país deixam claro que o voto não se encerra nas urnas e que somos corresponsáveis pelas escolhas de quem elegemos. Por essa razão, devemos realizar um rigoroso acompanhamento e cobrança ao longo do mandato de quem irá representar os nossos interesses pelos próximos anos.

Com foco nas eleições municipais de 2016, mais de trinta instituições do Paraná, com articulação da Fiepr, lançam na próxima sexta-feira, dia 22, o VOTE BEM, movimento apartidário e de conscientização política que existe desde 2014 e busca estimular a reflexão sobre o voto responsável. O primeiro evento do Movimento será uma palestra com o ministro e presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Gilmar Mendes.

As eleições são momentos decisivos nas democracias. Os representantes que escolhemos são responsáveis por aprovar as leis e executar as políticas públicas que afetam diretamente a vida de todos os cidadãos. Assim, o voto e o acompanhamento do trabalho dos políticos eleitos são fatores transformadores da sociedade.

Para disseminar informações relacionadas ao processo eleitoral, ao funcionamento das instituições públicas, aos políticos e como fiscalizá-los, o movimento utilizará o site votebem.org.br e as redes sociais e fará palestras e encontros dando acesso a informações que conscientizem o eleitor sobre a importância do voto e possibilitem uma escolha responsável.

Todo cidadão deve exercer o seu papel político na sociedade. VOTE BEM!

Palestra com Gilmar Mendes

Data: sexta-feira, 22 de julho

Horário: 19 horas

Local: Campus da Indústria (Avenida Comendador Franco, 1341, Jardim Botânico, Curitiba)

As inscrições são gratuitas e as vagas são limitadas. Acesse fiepr.com.br e faça sua inscrição.



SISTEMA FIEP. NOSSO I É DE INDÚSTRIA.

FOLHA DE LONDRINA

CÉLIA MUSILLI

O tempo das falas inflamadas

17 JUL 2016

Se você postar na rede social uma receita de bolo, logo aparece alguém discordando da quantidade de manteiga ou acusando a farinha de ser sempre do mesmo saco. Pelo viés das teorias de Descartes ou pela opinião dos convidados do programa do Jô, não falta quem alinhe argumentos sobre isso e aquilo. Poucos percebem o limite entre ser crítico e ser chato.

O fato é as redes ajudam a construir um mundo de “certezas”, todo mundo é dono da verdade, e aí daquele que ponderar sobre possibilidades, abstraindo o pensamento daquilo que julgamos mais importante por ser racional, segundo a nossa ótica. Até brincadeiras podem ser mal compreendidas e virar assunto sério.

Nem sempre dois mais dois são quatro, a não ser para quem vê o mundo do seu quadrado, mas a elegância de debater sem ofender é uma arte pouco difundida hoje. Minha impressão – só impressão – é que abrimos a caixa de Pandora nacional e todos os vícios escaparam de uma vez, grudaram na pele dos meus compatriotas e só com muito custo vamos recuperar o humor. Isso não teria importância se ficasse só no campo da política, que é o campo inflamado no momento, provocando uma dor de cotovelo enorme em quem saiu e uma negligência arriscada em quem “se acha” no comando. Mas a discussão vai além.

É preciso contar com as variáveis, com o sim e o não. Colocar a dúvida como balizadora das verdades completas, fechadas nas caixinhas das certezas. É preciso não olhar só para a direita, nem só para a esquerda, sobretudo é preciso brincar. Só voa quem tem a capacidade de abstrair o pensamento e isso vale para tudo: da arte à ciência, da ciência à política.

Nas relações pessoais não é diferente. Coloque um pouco de abstração na sua vida, arranje um jeito de não se fixar no senso comum e a corda da criatividade será ampliada com ideias novas, sem os vícios partidários, dos times, dos amigos ou da família. Compreender as diferenças é mais produtivo do que se agarrar a ideias como musgo, velho, viscoso, apegado a paredes ideológicas e sem espaço para renovação. O que se fecha não respira. E no momento o Brasil está fechado em compartimentos, um furo na parede das iras seria um processo de cura, algo como fazer vazar um furúnculo.

Por tudo isso, deixei de discutir apaixonadamente. No momento me resguardo um pouco das rinhas, na esperança de vislumbrar horizontes sem galos de briga. Mas como disse, ainda que se publique uma receita de bolo aparecerá alguém para discordar da quantidade de manteiga, dizer que não é assim que se faz e que existe uma receita melhor. Nada contra as oposições, desde que sejam um exercício de pensamento e não de antipatias.

Neste processo político do Brasil, perdi alguns amigos por causa de opiniões. Alguns eram da esquerda, outros da direita, perderam-se de mim porque não sabem andar pelas bordas, precisam enfiar o pé no fundo das certezas, exigem isso dos outros, e eu acho que nenhum fosso compensa o mergulho de cabeça. No vale dos crocodilos da política busco apenas a travessia.

Não levo comigo nenhuma certeza, abstraio meu pensamento para apreciar a arte do equilíbrio, não proponho garantias, não caminho sobre o fio do arame com rede de proteção, nem cintos de segurança apontando caminhos para os outros. Prefiro a arte da abstração, a arte de quem se equilibra brincando, sabendo que há erros por toda parte e que eu mesma posso pisar em falso e cair da minha torre de opiniões sinceras. Arriscar-se é ouvir o outro, protagonizar o equilibrista que caminha contando com um pouco de conhecimento e um pouco de sorte. Quando trocamos a surpresa pela certeza perdemos, no mínimo, a beleza de ser livre das amarras visíveis e invisíveis.

18 JUL 2016

FOLHA DE LONDRINA

Julgamento final deve durar até cinco dias, diz Renan

Data exata para o início do julgamento deve ser marcada a partir de 25 de agosto

Mariana Haubert
Folhapress

Brasília - O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), informou que a previsão da Casa é de que o julgamento final da presidente afastada, Dilma Rousseff, no seu processo de impeachment deve durar até cinco dias.

A data exata para o início do julgamento ainda não está definida, mas deve ser marcada a partir de 25 de agosto. A demora para a conclusão da votação se dá porque neste período a própria presidente deverá se defender pessoalmente, e os senadores poderão fazer perguntas a ela. A acusação e a defesa também deverão apresentar testemunhas a serem ouvidas pelo plenário.

Os senadores terão ainda um tempo para discursarem antes da votação final. Na primeira sessão do processo no Senado, quando os congressistas decidiram pelo afastamento temporário de Dilma, os discursos duraram mais de 20 horas ininterruptas.

Na última segunda, os autores da denúncia contra Dilma, Hélio Bicudo, Miguel Reale Jr. e Janaína Paschoal, apresentaram as suas alegações finais em que pedem a condenação da petista pelo cometimento de crime de responsabilidade por ter respon-

sabilidade direta sobre as chamadas pedaladas fiscais é a edição de decretos de crédito suplementar sem autorização do Congresso.

Agora, a defesa tem até 27 de julho para também apresentar suas alegações finais. No dia 2 de agosto, o relator do processo, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), apresentará o seu relatório, que será discutido e votado pela Comissão Especial do Impeachment no dia seguinte.

Se o colegiado aprovar o parecer, que deve ser pela cassação do mandato da petista, haverá uma votação intermediária no plenário do Senado em 9 de agosto. É a chamada pronúncia do réu, que é quando Dilma pode se tornar ré de fato. Em seguida, são dados dois dias para a apresentação da defesa e mais dois dias para a produção do chamado "libelo acusatório", que é um resumo de todo o processo.

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, marcará então a sessão do julgamento final. Ele tem que marcar uma data com, no mínimo, dez dias de antecedência.

BALANÇO FINAL

Renan apresentou um balanço dos trabalhos do Senado neste primeiro semestre. Para ele, mesmo em um momento de "severa crise política e econômica", a Casa, ao

contrário do que poderia se imaginar, não parou seus trabalhos.

"O Senado tem sido o esteio de temperança, sobriedade, estabilidade, no momento atual de nossa República", disse. Em seu discurso, Renan listou 70 projetos de 138 que a Casa aprovou. Renan anunciou ainda que o Senado deve votar, em agosto, os códigos Penal e Aero-náutico, a proposta de autonomia do Banco Central e lei que regulamenta o trabalho terceirizado no país.

Como a Lei de Diretrizes Orçamentárias não foi aprovada pelo Congresso, os parlamentares iniciaram na quinta um recesso branco. De acordo com a Constituição, a LDO precisa ser aprovada para que haja o recesso formal. Assim, haverá sessões não deliberativas no Senado até 2 de agosto, quando os trabalhos serão retomados normalmente.

16 JUL 2016

O ESTADO DE S. PAULO

As omissões legais e o Judiciário

Depois de quase 28 anos de existência, o mandado de injunção recebeu a devida regulamentação legal, por meio da Lei 13.300/2016, recentemente sancionada. Prevista na Constituição de 1988, essa ação – que vinha dar remédio às omissões legislativas que afetam direitos constitucionais – foi objeto de muitas controvérsias. Longe de ser uma discussão meramente processual, o debate sobre o mandado de injunção expôs as perenes tensões entre Direito e Política – entre o Poder Judiciário e o Legislativo.

Ao tratar dos direitos e deveres individuais e coletivos, a Constituição Federal determinou que deveria ser concedido “mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania” (art. 5.º, inciso LXXI).

Juntamente com outros dispositivos, a previsão constitucional do mandado de injunção era expressão do desejo de uma nova efetividade da ordem jurídica. Caso o Poder Legislativo descumprisse seu dever de legislar – e com essa omissão ficasse impedido o exercício de direitos constitucionalmente previstos –, haveria uma porta de socorro junto ao Poder Judiciário.

Sem uma regulamentação legal, o modo de funcionamen-

to dessa porta de socorro não foi consensual. Por exemplo, houve quem postulasse a aplicação do mandado de injunção apenas aos direitos individuais, incapacitando-o para a tutela de direitos sociais. Ou que, em deferência ao princípio da separação de poderes, o novo instituto serviria apenas para o reconhecimento da mora do Poder Legislativo na regulamentação da norma constitucional. Nessa linha interpretativa, o resultado do mandado de injunção deveria ser simplesmente a notificação pelo Poder Judiciário da inadimplência legislativa, mas nunca a produção de uma norma concreta.

Houve ainda quem visse no mandado de injunção uma permissão constitucional para uma atuação arrojada do Poder Judiciário, sem outros limites que o sentido subjetivo apreendido pelo intérprete do Direito. Nessa ordem de coisas, o local da reivindicação de novos direitos deslocava-se do Poder Legislativo para o Judiciário, sem atinar que tal mudança alterava significativamente o alcance do princípio democrático ou que atingia o princípio da reserva legal, segundo o qual ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

O Supremo Tribunal Federal (STF) não foi imune a essa pluralidade de posições e seu entendimento sobre o mandado de injunção sofreu mudanças significativas ao longo des-

ses anos. Por exemplo, ao julgar em 2006 um mandado de injunção sobre direito de greve no âmbito do serviço público, a Suprema Corte mudou sua orientação e definiu que, até a aprovação de legislação específica sobre o tema, a greve de servidor seria regida pela legislação geral. Admitia-se, portanto, que uma decisão judicial produzisse uma solução normativa, de caráter geral.

É inegável que a Lei 13.300/2016 – cuja origem remete a uma proposta do grupo judiciário do “Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais acessível, ágil e efetivo”, criado em 2009 e que contou com a participação dos Três Poderes – chegou num momento em que uma jurisprudência sobre o mandado de injunção mais consolidada pode ser vista como menos relevante. No entanto, as controvérsias de fundo, que afloraram no debate sobre o mandado de injunção, continuam vivas. E continuam a exigir uma equilibrada sensibilidade por parte do STF. A simples afirmação da força normativa da Constituição está longe de resolver satisfatoriamente – e democraticamente – os complexos conflitos que batem à porta do Judiciário. Também o Poder Legislativo deve ter presente que o tema do mandado de injunção se refere especialmente à qualidade e à funcionalidade do seu trabalho. Ou seja, o que a Constituição realmente obriga é que os Três Poderes funcionem.

16 JUL 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Multa dada a cadeirante por fiscal é cancelada

A 1.ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo determinou o cancelamento de uma multa aplicada pela Prefeitura de São Paulo a um cadeirante que alterou a calçada sem autorização. O autor, que é portador de paralisia cerebral, construiu uma rampa de acesso na calçada de sua residência para facilitar sua locomoção. Mas acabou autuado por um agente da Prefeitura em R\$ 2,9 mil. Para o TJ, a acessibilidade é um direito garantido pela Constituição.

Juiz veta 'publicidade' da gestão Haddad em site

O juiz da 1.ª Zona Eleitoral, Sidney da Silva Braga, concedeu liminar ontem para determinar a retirada, em um prazo de 24 horas, das diversas peças publicitárias veiculadas no site institucional da Prefeitura de São Paulo. De acordo com o magistrado, a divulgação de obras, serviços e programas da municipalidade, assim como a participação do prefeito Fernando Haddad (PT) em atos e solenidades, caracteriza propaganda institucional em período vedado.

17 JUL 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça. Análise de 15 colaborações premiadas revela o perdão de ao menos 28% do total de 1.149 anos de prisão aplicado pelo juiz Sérgio Moro nas sentenças de 1ª instância

Delação na Lava Jato já reduz penas em 326 anos

Valmar Hupsel Filho
Mateus Coutinho

Os acordos de colaboração premiada firmados na Operação Lava Jato reduziram em ao menos 326 anos as penas dos condenados em primeira instância pelo juiz Sérgio Moro. O número se refere a 28% do total de 1.149 anos aos quais todos os réus, delatores ou não, já foram sentenciados no esquema de desvios de recursos da Petrobrás.

A redução pode ser maior, uma vez que no levantamento feito pelo Estado foram consideradas apenas as 15 colaborações cujos termos dos acordos vieram a público pela 13.ª Vara Criminal da Justiça Federal, em Curitiba. Até agora, ao menos 65 réus da Lava Jato fecharam acordos de delação. Há negociações ainda em andamento, como a de Marcelo Bahia Odebrecht, presidente afastado da empreiteira que leva seu sobrenome, a maior do País.

As delações já computadas somam 400 anos de pena por crimes como corrupção, lavagem de dinheiro e associação criminosa. Após os acordos, nos quais os réus confessaram os delitos e se comprometeram a fornecer informações e documentos que auxiliem a investigação e a pro-

dução de provas, o total de penas chega a 74 anos. Entre os delatores, a redução dos anos é de 81%.

Os maiores beneficiados são também os que receberam as penas mais pesadas e os que fizeram as colaborações mais consistentes, com detalhamento do esquema e revelação o envolvimento de nomes importantes. Dois dos principais personagens da Operação Lava Jato, o doleiro Alberto Youssef e o ex-diretor de Abastecimento da Petrobrás Paulo Roberto Costa, conseguiram reduzir suas penas em cerca de 140 anos.

Condenado a quase 80 anos de prisão por lavagem de dinheiro e organização criminosa, Youssef fez delação e deve cumprir pena em regime fechado entre três e cinco anos. Depois, passa para o regime aberto. Costa foi condenado a 74 anos, 6 meses e 10 dias de prisão por corrupção e lavagem. Com o acordo, no qual foi o primeiro a revelar a participação de políticos, a pena foi convertida em um ano de prisão domiciliar, mais dois anos no semiaberto, com tornozeleira. Ele cumpre pena em casa desde outubro.

Para o procurador da República Paulo Roberto Galvão, integrante da força-tarefa, as colaborações são o “coração pulsante” da Lava Jato. “Não são sufi-

cientes por si só, pois precisamos acrescentar outras provas às palavras do delator, mas são essenciais para o início e a expansão das investigações”, diz.

Benefícios. Segundo Galvão, as colaborações premiadas são responsáveis pelo efeito cascata alcançado na operação. “Acordos de colaboração seguem a regra de que só são feitos quando trazem muitos benefícios para a sociedade”, afirma o procurador, ressaltando que mais de 70% dos acordos foram assinados com pessoas soltas. “Muitas delas não estavam no radar das investigações.”

Para o ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e hoje advogado Gilson Dipp, as delações são um “importante instrumento para a obtenção de provas”. Dipp, porém, faz ressalvas a seu uso na Lava Jato. “Acabou por ser a única forma de obtenção de provas, a partir de prisões preventivas ou temporárias atemporais”, disse.

Dipp aponta falhas na condução das delações. Ele critica, por exemplo, o fato de Youssef ter descumprido termos de uma primeira delação, no caso Banestado, e ter feito nova colaboração, desta vez na Lava Jato. “Isso não foi reportado pelo Ministério Público.”

CONTINUA

17 JUL 2016

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Em casa. Por causa dos acordos, a maior parte dos delatores cumpre hoje prisão domiciliar. Eles são obrigados a reportar regularmente à Justiça suas atividades profissionais.

O maior peso das condenações, porém, está no bolso dos colaboradores. Os condenados abdicaram de US\$ 124 milhões e R\$ 323 milhões, além de bens como imóveis de alto padrão, terrenos, carros importados, lanchas e participações societárias. Os recursos foram repassados para a Petrobrás e a União.

As delações, em contrapartida, ajudaram não só a desvendar parte do esquema, que, segundo a Lava Jato, é responsável pelo desvio de mais de R\$ 6 bilhões, mas também a apontar a participação de outros envolvidos, entre eles detentores de foro privilegiado. Ao menos 49 políticos foram delatados.

Regras

“Acordos de colaboração seguem uma regra de que só são feitos quando trazem muitos benefícios para a sociedade.”

Paulo Roberto Galvão

PROCURADOR DA REPÚBLICA, QUE FAZ PARTE DA FORÇA-TAREFA DA LAVA JATO

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

17 JUL 2016

ACORDO

CONTINUAÇÃO

PENAS SOMADAS DAS
CONDENAÇÕES NA 1ª INSTÂNCIA

1.149 anos

PENAS SOMADAS
DOS 15 DELATORES

400 anos
















TOTAL DE REDUÇÃO
DE PENAS APÓS DELAÇÕES

326 anos

TOTAL DE ANOS A SEREM
CUMPRIDOS APÓS DELAÇÕES

74 anos

Delatores

Delatores	Penas	PRÉ-DELAÇÃO		PÓS-DELAÇÃO		REGIMES					
		PRÉ-DELAÇÃO	PÓS-DELAÇÃO	PRÉ-DELAÇÃO	PÓS-DELAÇÃO	CORRUPÇÃO	LAVAGEM DE DINHEIRO	ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA	ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA	CRIME FINANCEIRO	
 Alberto Yousef DOLÉIRO	Até 5 anos	78 anos, 11 meses e 10 dias				●	●				Fechado, progredindo diretamente para o aberto
 Paulo Roberto Costa EX-DIRETOR DE ABASTECIMENTO DA PETROBRÁS	Até 3 anos	74 anos, 6 meses e 10 dias				●	●				Domiciliar e semiaberto com tornozeleira
 Nestor Cerveró EX-DIRETOR DE INTERNACIONAL DA PETROBRÁS	17 anos, 3 meses e 10 dias Até 4 anos e 11 meses					●	●		●		Fechado e domiciliar
 Pedro Barusco EX-GERENTE DA PETROBRÁS	2 anos	47 anos, 7 meses e 10 dias				●					Aberto
 Eduardo Musa EX-GERENTE DA PETROBRÁS	10 anos e 11 meses Até 2 anos					●	●				Aberto
 Ricardo Pessoa DONO DA UTC ENGENHARIA	8 anos e 2 meses Até 5 anos					●		●			Domiciliar e aberto
 Dalton Avancini EX-PRESIDENTE DA CAMARGO CORRÊA	15 anos e 10 meses Até 7 anos e 4 meses					●	●	●			Fechado e domiciliar. Pode trabalhar na empresa
 Eduardo Leite EX-VICE-PRESIDENTE DA CAMARGO CORRÊA	15 anos e 10 meses Até 7 anos e 4 meses					●	●	●			Fechado e domiciliar. Pode trabalhar na empresa
 Augusto Mendonça Neto EXECUTIVO DA EMPRESA TOYO SETAL	16 anos e 8 meses Até 5 anos					●	●		●		Aberto
 Fernando "Baiano" Soares LOBISTA	16 anos, 1 mês e 10 dias Até 4 anos					●	●				Fechado e domiciliar
 Mário Goes LOBISTA	18 anos e 4 meses Até 6 anos					●	●		●		Domiciliar, semiaberto e aberto
 Júlio Camargo LOBISTA	26 anos Até 5 anos					●	●		●		Aberto
 Milton Pascowitch LOBISTA	20 anos e 10 meses Até 3 anos					●	●		●		Domiciliar, semiaberto e aberto
 Hamilton Padilha LOBISTA	12 anos e 2 meses Até 5 anos					●	●				Aberto
 José Pascowitch LOBISTA	19 anos Até 2 anos					●	●		●		Aberto

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

CONTINUA

Resistência das defesas diminui com operação

Antes alvo de rejeição, hoje, até críticos consideram delações premiadas estratégicas

Mateus Coutinho
Valmar Hupsel Filho
Fausto Macedo

Presente no ordenamento jurídico brasileiro desde a década de 1990, a colaboração premiada se disseminou com o avanço da Operação Lava Jato, modificando, com o tempo, a forma com que advogados e investigados encaram o instrumento. Se no início havia forte resistência, atualmente até ferrenhos críticos consideram a delação uma importante estratégia de defesa, “que veio para ficar”. Defensores, contudo, avaliam que a colaboração premiada carece de melhorias e sedimentação na jurisprudência brasileira.

“A delação é um instrumento antipático. Ninguém gosta de fazer. Nem o delator, nem o advogado. Mas veio para ficar e isso aconteceu em todos os países que adotaram o instrumento”, diz a advogada Fernanda Tórtima, que tem entre seus clientes o ex-presidente da Transpetro e delator Sérgio Machado.

Segundo ela, é compreensível que o investigado que colabore com informações relevantes para a investigação tenha benefícios, como redução da punição. A advogada, no entanto, discorda que os acordos resultem em penas brandas e desproporcionais aos crimes cometidos. “É

● Simpatia

“Não tenho nenhuma simpatia pela delação premiada, mas para atender aos interesses do cliente, a gente fecha o nariz e fecha o acordo.”

Marcelo Leonardo

CRIMINALISTA E DEFENSOR DA CÚPULA
DA EMPREITEIRA MENDES JÚNIOR

claro que o delator tem vários ônus, como (a exposição pela) confissão de crimes, restrições de liberdade e pesadas multas.”

Interesses. O criminalista Marcelo Leonardo afirma que, apesar de não ter simpatia pela delação, o advogado deve aceitar fazer quando esta for a vontade do cliente. “Não tenho nenhuma simpatia pela delação premiada, mas, para atender aos interesses do cliente, a gente fecha o nariz e fecha o acordo.” Leonardo representa a cúpula da empreiteira Mendes Júnior e o empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, que negociam acordo de delação premiada na Lava Jato.

Um dos signatários de um manifesto contra práticas adotadas na operação, as delações entre elas, divulgado por advogados em janeiro, David Rechulsky alerta para a banalização do método. “Antes desta operação te garanto que 99% dos criminalistas não considerariam a delação como estratégia de defesa”, diz, lembrando que advogados estão se especializando na área. Defensor de duas empresas investigadas, Rechulsky prefere estar entre os que não participam de negociações para delação. “Não tenho dúvidas de que é cada vez mais comum, mas eu mesmo não trabalho com delação.”

CONTINUA

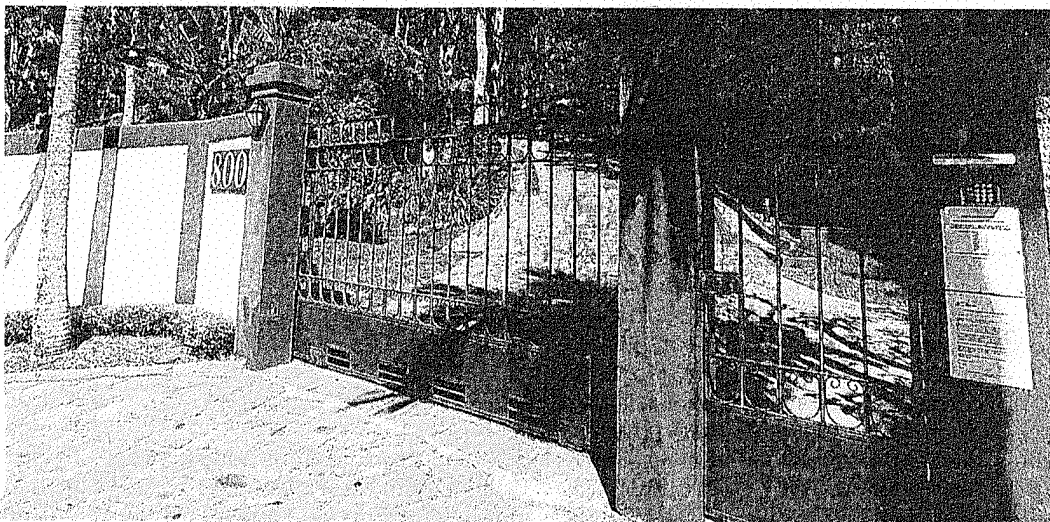
17 JUL 2016

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

CONDOMÍNIO DE ITAIPAVA, A PRISÃO DE CERVERÓ

Ex-diretor da Petrobrás cumpre pena domiciliar na região serrana do Rio



Casa. Apenas parentes autorizados pela Justiça podem visitar Cerveró, em Petrópolis (RJ)

Roberta Pennafort

ENVIADA ESPECIAL / PETRÓPOLIS

Há três semanas em regime de prisão domiciliar, com uso de tornozeleira eletrônica, o ex-diretor da área internacional da Petrobrás Nestor Cerveró conseguiu reduzir sua pena total de 17 anos e três meses de prisão – em duas condenações na Lava Jato por corrupção, lavagem de dinheiro e crime financeiro – para 4 anos de reclusão.

Cerveró ficou um ano e cinco meses, de 14 de janeiro de 2015 a 23 de junho deste ano, em cadeias do Paraná: amargou períodos na carceragem da Polícia Federal em Curitiba e no Complexo Médico-Penal em Pinhais, na região metropolitana.

O cárcere agora é sua residência em Itaipava, distrito de Petrópolis, cidade na região serrana do Rio, a 90 km da capital.

Cerveró, que faz 65 anos em agosto, mora com a mulher e a filha. A casa, dentro de um condomínio, só pode ser visitada por parentes autorizados pela Justiça. Foi o único imóvel que lhe restou, de um patrimônio avaliado em cerca de R\$ 100 milhões e bloqueado pela Justiça.

Na sexta-feira, o Estado esteve em Itaipava e falou com o ex-diretor, pelo interfone instalada na fachada: “Eu não falo com a imprensa, de jeito nenhum. Nunca dei entrevista, nesses dois anos e meio que eu estou... Você está perdendo seu tempo”, limitou-se a dizer.

Segundo funcionários do condomínio, antes de ser envolvido na Lava Jato, Cerveró tinha o hábito de caminhar pela área de uso comum.

Desde que foi preso, ele só voltou a ser visto em Itaipava no Natal e Ano Novo. Na ocasião, ganhou o benefício do Supremo Tribunal Federal de passar em casa a última semana de dezembro, após homologação de seu acordo de delação premiada.

Desde que voltou, em 24 de junho, Cerveró manteve-se dentro dos limites da residência, conforme relatos. À exceção da quinta-feira passada, quando a reportagem esteve em Itaipava pela primeira vez. “Não sei se eles viajaram, só sei que não tem ninguém aqui”, disse um dos empregados. Pelo acordo feito com o STF, Cerveró só pode

deixar o domicílio para consultas médicas ou para prestar esclarecimentos à Justiça, sempre sob escolta.

Graças à delação, Cerveró tem pela frente um ano e meio em regime domiciliar fechado, um ano em domiciliar semiaberto, mas com direito de sair para trabalhar, e um ano em domiciliar aberto, sem tornozeleira, mas monitorado, além de prestação de serviços comunitários.

Vizinhança. O dono da UTC, Ricardo Pessoa, também cumpre pena domiciliar após condenação na Lava Jato, em um edifício de luxo, no bairro Jardins, em São Paulo. Outro delator que também mora em prédio com o mesmo alto padrão na zona sul paulistana, no bairro Vila Nova Conceição, é o presidente afastado da Andrade Gutierrez Otávio Marques de Azevedo – cercado de seguranças.

18 JUL 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

LIMINAR SUSPENSA

Advogado que exerce a profissão não tem direito a seguro-desemprego

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região suspendeu liminar que liberava parcelas do seguro-desemprego, em favor de uma advogada da cidade de Novo Hamburgo (RS). A Lei 7.998/1990, que regula a matéria, diz que o beneficiário não pode ter renda própria.

Conforme o processo, a advogada foi demitida sem justa causa em fevereiro de 2016. Em julho de 2015, porém, ela havia se tornado sócia do escritório de advocacia que a empregava. Com a rescisão, ela requereu, junto à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Rio Grande do Sul, o pagamento do seguro-desemprego, o que foi negado em âmbito administrativo. Ela, então, ajuizou Mandado de Segurança contra o ato do superintendente, tentando derrubar a decisão.


O juízo da 5ª Vara Federal de Porto Alegre acolheu o pedido, por entender que o escritório ainda não tinha gerado lucro suficiente para garantir-lhe a subsistência. Ao recorrer da decisão liminar, a Procuradoria-Regional da União na 4ª Região, unidade que atuou no caso defendendo a União, apurou que a advogada é atuante na profissão.

18 JUL 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Delação na Lava Jato já reduz penas em 326 anos

Os maiores beneficiados são os que receberam penas mais pesadas

 Os acordos de colaboração premiada firmados na Operação Lava Jato reduziram em ao menos 326 anos as penas dos condenados em primeira instância pelo juiz Sérgio Moro. O número se refere a 28% do total de 1.149 anos aos quais todos os réus, delatores ou não, já foram sentenciados no

esquema de desvios de recursos da Petrobrás. A redução pode ser maior, uma vez que no levantamento feito pelo Estado foram consideradas apenas as 15 colaborações cujos termos dos acordos vieram a público pela 13.ª Vara Criminal da Justiça Federal, em Curitiba.

Até agora, ao menos 65 réus da Lava Jato fe-

charam acordos de delação. Há negociações ainda em andamento, como a de Marcelo Bahia Odebrecht, presidente afastado da empreiteira que leva seu sobrenome, a maior do País. Os maiores beneficiados são também os que receberam as penas mais pesadas e os que fizeram as colaborações mais consistentes,

com detalhamento do esquema e revelação o envolvimento de nomes importantes. Dois dos principais personagens da Operação Lava Jato, o doleiro Alberto Youssef e o ex-diretor de Abastecimento da Petrobrás Paulo Roberto Costa, conseguiram reduzir suas penas em cerca de 140 anos. ●

MPF pede arquivamento das pedaladas de Dilma

O Ministério Público Federal em Brasília pediu o arquivamento do caso que apura as chamadas pedaladas fiscais. Segundo o procurador da República Ivan Cláudio Marx não houve crime nos atrasos de repasses do governo federal para bancos públicos - esses atrasos ficaram conhecidos como pedaladas fiscais. Com isso, o procurador pediu à Justiça o arquivamento do caso.

Essa interpretação é contrária a do TCU, o

Tribunal de Contas da União, que serviu de base para o pedido de impeachment contra Dilma Rousseff. No despacho, o Ministério Público diz que os atrasos não tinham a intenção de realizar operação de crédito, o que é proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A defesa da presidenta afastada, o advogado José Eduardo Cardozo, disse que usará esse parecer na Comissão do Impeachment para tentar convencer os senadores. ●

18 JUL 2016

FÁBIO CAMPANA

Política, cultura e o poder por trás dos panos.

Requião diz que CNJ legalizou pixuleco para juízes

Roberto Requião retweetou

Roberto Requião @requiaopmdb 1d

A complacência com a corrupção tomou conta do Brasil, avalia Requião
ln.is/com.br/luc3Z via @requiaopmdb

  23  29 

Roberto Requião @requiaopmdb 1d

Quando CNJ autoriza remuneração secreta de palestras de juízes no exercício da função legaliza PIXULECO

Sim	59%
Não	2%
Sem dúvidas	39%

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) voltou a atacar o judiciário ao afirmar que o Conselho Nacional da Justiça (CNJ) legalizou o pixuleco (propina) para os juízes em exercício da função. O alvo de Requião é o juiz Sérgio Moro, responsável pela Lava Jato, que atualmente é muito requisitado para palestras no Brasil e no exterior.

“Quando CNJ autoriza remuneração secreta de palestras de juízes no exercício da função legaliza PIXULECO”, disse Requião no twitter.